

**SUMÁRIO**

- 2 À Guisa de Apresentação
- 3 *Madeirensidade*: Breves Reflexões em torno de um Conceito Identitário a Repensar
- 5 A História da Madeira – A Arqueologia e o Quotidiano
- 6 A História Social na Madeira: Questões e Problemas
- 8 População e Demografia na Madeira – Séculos XIX e XX
- 10 A Mulher nas Mobilidades – O Caso do Hawaii
- 12 Estrondos, Estampidos, Motores: A Abertura da Madeira à Modernidade
- 14 Breves Notas sobre Relações Sociais em Torno da Água de Regadio num Espaço Rural Madeirense
- 15 História Religiosa da Madeira – o Estado da Questão
- 18 A Igreja Católica na Madeira do Liberalismo ao Estado Novo
- 20 A História da Ciência na Madeira
- 21 História e Literatura na Madeira [entre a Fruição e a Fonte]
- 22 Nacionalismos/Regionalismos Literários em Sistemas Literários Nacionais/Regionais. Revisitação de uma Problemática em Tempos de Crise e de Globalização
- 24 Literatura de Viagens sobre a Madeira – *Inquietudes Insulares*
- 26 Os Arquivos de Imagem na Madeira
- 28 História da Arquitetura na Madeira
- 29 Arquitectura Moderna na Madeira, o Século XX – Conhecer e Divulgar
- 30 A Aplicação do Jogo Didático com Conteúdos Arqueológicos na Aula de História

## HISTÓRIA DA MADEIRA – QUESTÕES E PROBLEMAS



Capa de Códice de *Medição do Sal*, Arquivo Regional da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, *Medição do Sal* (1771-1819), lv.º 1238.

# À Guisa de Apresentação



*View of Funchal from Hollway's Cottage*, Susan Vernon Harcourt, Funchal, in HARCOURT, Edward Vernon, 1851, *A Sketch of Madeira*, London, John Murray.

*Filipe dos Santos*

(Técnico Superior do CEHA)

Os meados da década de 80 inauguraram tempos de transformação no panorama historiográfico madeirense: pela eclosão de alguns projectos editoriais (revistas *Atlântico*, *Isleña*, *Girão* e *Xarabanda*, e outras ainda na década de 90); pela ocorrência de eventos científicos que trouxeram novos e relevantes contributos (de que devemos mencionar os *Colóquios Internacionais de História da Madeira*); pela fundação de instituições que foram propiciadoras de avanços em termos do conhecimento histórico (destaquemos o *Centro de Estudos de História do Atlântico* e a *Universidade da Madeira*).

Com alguns traços acrescentados – ou, entretanto, apagados –, são estes os contornos da pintura que compõe o quadro hodierno. Há a considerar, por exemplo, em termos negativos: o término de algumas publicações periódicas; a dificuldade (de cariz financeiro, muito decorrente da conjuntura de crise) de outras em manterem a periodicidade fixada inicialmente. Em termos positivos, e sem sermos exaustivos, devemos assinalar: a conservação do interesse pelo conhecimento do passado madeirense por parte de investigadores estabelecidos fora do arquipélago; a oportunidade de estudiosos madeirenses poderem desenvolver pesquisas, ainda que, em termos profissionais, não a título exclusivo; os trabalhos e iniciativas, por exemplo, realizados no âmbito do *Arquivo Regional da Madeira*, do *Centro*

*Cultural John Dos Passos*, do *Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea* e da *Divisão de Investigação e Documentação do Gabinete Coordenador de Educação Artística* (hoje *Divisão de Investigação e Multimédia da Direcção de Serviços de Educação Artística e Multimédia*).

O incremento historiográfico que decorreu desta configuração institucional e editorial é incontestável – e permitirá hoje, com efeito, estabelecer um estado da arte (ou estados da arte, decorrentes da existência de diferentes áreas de especialização) e lançar questões e problemas con-

cernentes à História da Madeira. Deste modo, no ano da graça de 2012, pareceu-nos relevante e profícuo dedicar este número da *Newsletter do CEHA*, precisamente, ao tema *História da Madeira – Questões e Problemas*.

Os contributos especializados, ensaísticos e problematizadores aqui vertidos testemunham: um salutar espírito de colaboração e de diálogo; e uma indelével qualidade.

Destarte, agradecemos penhoradamente aos investigadores que aceitaram, com dedicação, colaborar nesta publicação periódica, a qual ficará, em boa verdade, como um documento comprovativo do desenvolvimento da historiografia, das práticas de salvaguarda do património e até da didáctica, e como ponto de partida para futuras pesquisas, a serem empreendidas por quem pretenda começar a trilhar, ou esteja já a trilhar, os caminhos da História da Madeira.

A finalizar, não nos demitimos nós próprios de deixar expresso, em letra redonda, um problema ou lacuna global: não está ainda estabelecida uma periodização do conjunto da História da Madeira, nos seus quase seis séculos, que leve em linha de conta as particulares mudanças e permanências desta sociedade insular – ou seja, que não seja decalcada da periodização da História (sobretudo política e administrativa) de Portugal Continental, ou arrumada comodamente por séculos ou meios séculos.

# Madeirensidade: Breves Reflexões em torno de um Conceito Identitário a Repensar

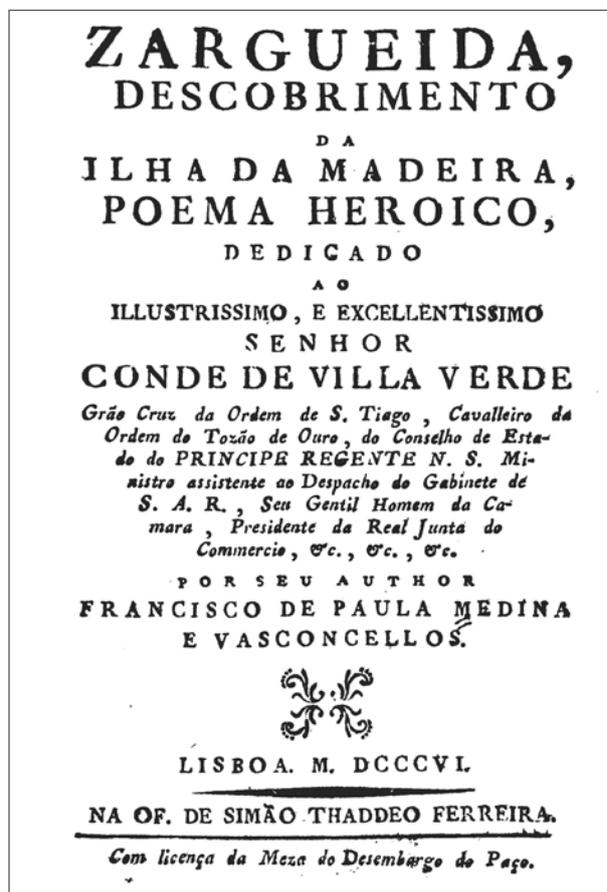
Paulo Miguel Rodrigues<sup>1</sup>

Não é este o espaço indicado, como é evidente, para tentar desenvolver qualquer tipo de abordagem conceptual e extensa em torno da *Identidade*, da *Autonomia* e da *Madeirensidade*. Ainda assim, como ponto de partida e de motivação, assumimos que, se sobre o primeiro conceito já existe uma vasta bibliografia e se a respeito do segundo, apesar das muitas e graves lacunas, têm surgido alguns estudos, no que toca ao terceiro impõe-se reconhecer que o preconceito é o que mais prevalece. E este, para além de promover opiniões infundadas, reflecte também, por vezes, inesperados graus de ignorância (da História) ou, pior ainda, preocupantes níveis de intolerância perante aquilo que manifestamente se desconhece e que, por isso mesmo, acriticamente se diz não existir.

Neste quadro, a academia tem por obrigação resistir a tais investidas hostis, mantendo a serenidade e o equilíbrio que são fundamentais para prosseguir naquele que é, por natureza, o âmago do seu exercício: investigar, apresentar resultados e debatê-los, entre pares. Tudo o resto, venha de onde vier, não será mais do que uma tentativa de contaminar o debate e a pesquisa, sempre sem qualquer intenção profícua.

A *Madeirensidade* é um conceito que emerge, antes de mais, de uma correlação de contributos de diversas áreas disciplinares que se ocuparam da realidade madeirense (i. e. da filosofia à economia, passando pela política, etnografia, pelos estudos artísticos e literários, pela linguística, antropologia, sociologia, história, geografia, etc). Na sua construção e para a sua definição não existem, portanto, elementos determinantes e muito menos se deve confundir ou sequer fazer depender a *Madeirensidade* da existência de uma literatura madeirense ou de supostas especificidades biológicas, argumentos que por vezes foram apresentados em outros espaços culturais como foi o caso, no passado, do debate em torno do conceito de *Açorianidade*. A nossa posição, embora discordando de tais argumentos, não os pode ignorar, até por termos em conta a aproximação que nos últimos anos se tem verificado entre os estudos de genética e de política. Em nosso entender, a *Madeiren-*

<sup>1</sup> Professor Auxiliar na Universidade da Madeira. Os seus interesses de investigação têm contemplado a História da Madeira nos séculos XIX e XX, nomeadamente temáticas como a importância da Madeira no espaço atlântico, a presença e a influência britânicas e a Autonomia.



Zargueida (página de rosto), Francisco de Paula Medina e Vasconcellos, Lisboa, 1806.

*sidade* existe (e persiste) para além de tudo isto, na medida em que ela só o é – e só o poderá continuar a ser – enquanto construção que resulta da correlação e reciprocidade dos diversos elementos que a constituem. A literatura, por exemplo, contribui para a construção da *Madeirensidade*, mas ao mesmo tempo é também o devir desta que promove a emergência, afirmação e desenvolvimento daquilo que podemos designar como literatura madeirense. Estamos perante um princípio inter-relacional comum a todas as áreas disciplinares.

Neste sentido, não se pode insistir no equívoco de entender a *Madeirensidade* como um conceito que se reporta a um simples elenco de temáticas únicas e supostamente exclusivas, tentando vê-las como o único modo de definir uma existência. Fazê-lo é

seguir por uma via logo à partida limitadora para abordar a questão, via essa que, para além de nos dar uma perspectiva redutora, se revelará também, nos nossos dias, ser uma via já ultrapassada. A própria definição de *Identidade* não se pode entender, hoje, de uma forma monolítica, mas sim heterogénea e dinâmica.

Daí que nos devamos afastar de quaisquer teses essencialistas, que tanto caracterizaram o século XIX e se mantiveram sobretudo até à década de 30 do século XX, a época áurea da construção de conceitos como, por exemplo, os de *Caboverdianidade* ou de *Açorianidade*. Note-se que é para estas abordagens que, equivocadamente, alguns ainda hoje remetem, quando ouvem falar sobre o assunto, procurando, com isso, derrotar à nascença qualquer tipo de nova abordagem conceptual, por considerarem anquilosada qualquer reflexão identitária num tempo moderno como o actual, em que a Madeira, diariamente e a vários níveis, se relaciona com outros espaços político-culturais. Só o desconhecimento e o preconceito acrítico poderão justificar esta resistência a discutir construtivamente a identidade insular madeirense, pois a História já mostrou a falácia de tais posições.

Felizmente que para os casos caboverdiano e açoriano o *cordão umbilical* que ligava a reflexão identitária sobre as suas ilhas ao momento inaugural em que as comunidades se começaram a pensar enquanto realidades político-culturais autónomas já foi há muito cortado. Hoje, nestes arquipélagos, são múltiplas e variadas as linhas de análise da problemática identitária, revelando uma atitude despreconceituosa, que tem permitido não só uma (re)construção e actualização conceptual, mas acima de tudo uma análise ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva. Por outras palavras: se V. Nemésio, Manuel Lopes ou Baltasar Lopes pensassem hoje a *Açorianidade* e a *Caboverdianidade*... não o fariam, respectivamente, como o fizeram nas décadas de vinte e trinta do século passado, mas não deixariam de o fazer e de o pensar.

Esta é, portanto, uma questão intrinsecamente dinâmica, que, no caso madeirense, não pode ser obliterada nem pela simples circunstância de se saber que, em outros lugares, a indagação identitária nasceu e foi colocada em contextos políticos e epistemológicos diversos dos actuais, nem por – erradamente – se considerar que por não ter sido forjada na Madeira uma conceptualização equivalente a *Açorianidade* ou *Caboverdianidade*, a identidade madeirense ou *Madeirensidade* não foi, no passado, objecto de uma reflexão. A respeito desta não-existência terminológica, poder-se-iam colocar algumas hipóteses de explicação, duas das quais, por exemplo, nos remeteriam para a(s) política(s) coercivas do “Estado Novo” e/ou para a *osmose* que, até certo ponto, se verificou entre aquele e

alguma da elite madeirense.

No fundo, a respeito da *Madeirensidade*, persistir hoje na ignorância e insistir no preconceito é continuar a defender a obliteração quer de um tema que faz parte da nossa Memória, quer de um debate que entendemos ser importante fazer (re)emergir. Um debate e um tema que – é essencial salientar – ultrapassam ideologias políticas e posicionamentos partidários, na medida em que não são monopólio de quem quer que seja. É fundamental fazê-lo sem estigmas.

Se reconhecemos, por vezes até com alguma superficialidade, a existência de uma *Caboverdianidade* e de uma *Açorianidade*, se alguns nem duvidam, até por natureza (note-se!), mas sobretudo por razões históricas e político-administrativas, da nossa *Portugalidade* – e aqui temos uma ideia hoje (re)emergente em diversos fóruns –, por que razão não havemos de estudar e investigar a respeito da *Madeirensidade*, enquanto conceito operativo que nos ajudará a reflectir sobre as múltiplas modalidades identitárias (sincrónicas e diacrónicas) identificáveis no *Ser* insular madeirense? Aliás, nem seríamos os primeiros a fazê-lo... Na verdade, só inovamos na intenção de repensar um conceito existente, mas ao qual nunca se atribuiu uma designação.

A este respeito, é preciso inquietar. A *Madeirensidade* não pode ser um passo atrás, pelo contrário, só fará sentido se for um passo em frente. Sem anátemas.

# A História da Madeira

## — A Arqueologia e o Quotidiano

Élvio Duarte Martins Sousa<sup>1</sup>

A construção da História da Madeira permanece em constante construção. Nos últimos anos, tivemos acesso a um conjunto apreciável de estudos, muitos de acesso monográfico, que lançaram bases para o conhecimento complexo da sociedade insular.

Recentemente temos desenvolvido algumas notas de investigação sobre a problemática da civilização material da Época Moderna, em particular nas ilhas atlânticas; e tendo como fonte de trabalho o manuseamento dos dados arqueológicos.

A caminho dos 600 anos de História, as ilhas humanizadas da Madeira, Porto Santo, Selvagens e Desertas revelam, no espesso palimpsesto da sedimentação quase sempre soterrada (ou submersa), níveis de percepção susceptíveis de inferência ou de interpretação.

É certo que a metodologia arqueológica – muitas vezes pouco perceptível no trato e na descrição (aceite-se “positivista” na matéria orgânica observada) – desperta fontes de conhecimento no acesso ao Quotidiano e à História Social e Económica.

Passados mais de meio século sobre as primeiras intervenções arqueológicas visando o acesso a factos não visíveis na documentação escrita (tome-se a experiência de António Aragão no Convento da Piedade, em Santa Cruz), é possível partilhar algumas questões que poderão servir de modelagem, pese embora as mesmas sejam afectas ao *background knowledge* pessoal.

A *priori*, e pela especificidade dos indicadores antrópicos que permitem a construção de conhecimento, carece questionar o *papel das ilhas atlânticas na génese da Arqueologia Moderna em Portugal?*, particularizando as questões do urbanismo, da arquitectura e das “culturas materiais”, sejam importadas ou confeccionadas ao nível local. A pluridiversidade das fontes materiais, com maior pendor para o capítulo da ceramologia, sugere, por exemplo, caminhos orientados para a construção de modelos de utilização e (ou) de possível evolução da cultura material e a sua relação com as actividades quotidianas (vivência dentro de portas e a sua relação com a serventia de mesa, cozinha e



*Pregador militar de vestuário, Machico, 2.ª metade do século XV.*

higiene da casa; a interacção com os equipamentos funcionais e com os ornamentos de vestuário e da vida religiosa).

No caso da cerâmica, muito escassamente referida nas anotações manuscritas da Época Moderna, a Arqueologia permite aceder a dados inteligíveis perante questões ontológicas precisas: *Quais os modelos de evolução da cultura material cerâmica e a sua relação com as actividades quotidianas e o quadro de importações nacionais, europeias e orientais? Que teia complexa se construiu a partir das importações cerâmicas dos países europeus durante o apogeu dos ciclos económicos açucareiros e das plantas tintureiras? Qual a dimensão das produções locais, nomeadamente da “indústria” cerâmica, atendendo aos campos de utilização social e económica?*

Em particular, neste tema, é possível conduzir o conhecimento para a concepção dum quadro tipológico dos principais grupos das formas cerâmicas insulares da Época Moderna, estabelecendo, paralelamente, uma fórmula de evolução morfológica equacionando perspectivas de estudo complementares: a classificação e a inventariação da cerâmica de produção local; o estudo tipológico e funcional da “cerâmica do açúcar” de importação (sinos, formas, painéis), na sua relação com a actividade produtiva local (unidades industriais, espaços unifamiliares e demais apetrechos de relação) e com a padronização de capacidade métrica (posturas e levantamentos tridimensionais); a realização de análises arqueométricas procurando estabelecer os centros produtores e os locais de proveniência.

<sup>1</sup> Arqueólogo da Câmara Municipal de Machico e Investigador do CHAM – Centro de História de Além-Mar, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores. Doutor em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Actualmente orienta a investigação para a problemática da “vida material” das ilhas atlânticas.

# A História Social na Madeira: Questões e Problemas



Official Dress of the members of the Camera or Senate on the Death of the King and Accession of His Successor, in [COMBE, William], 1821, *A History of Madeira. A Series of Twenty-seven coloured Engravings, illustrative of the Costumes, Manners, and Occupations of the Inhabitants of that Island*, Londres, R. Ackerman.

Ana Madalena Trigo de Sousa<sup>1</sup>

**A**o abordar a temática da História Social na Madeira, ainda que de uma forma tão sucinta, temos de ter em consideração três aspectos. Em primeiro lugar, importa definir ou tentar definir História Social. Em seguida, convém ter em atenção o que já foi desenvolvido pela historiografia madeirense. Finalmente, interessa lançar algumas perspectivas de investigação, no âmbito desta problemática.

O que é a História Social? A propósito da evocação do falecimento de Vitorino Magalhães Godinho, em 2011, Diogo Ramada Curto afirma que a obra deste historiador

demonstrou, de uma forma constante, a importância de alicerçar o conhecimento histórico «na correlação integral de todos os aspectos da vida humana [...] em benefício de um modo de fazer História capaz de integrar uma multiplicidade de factores, de relações e de estruturas» (CURTO, 2011: 18). É precisamente neste ponto, o da necessidade de se fazer uma História Global, que entra a História Social, imbricada com a História Económica e, podemos acrescentar, com a História Político-Institucional, cujos limites são (quase) impossíveis de determinar com o mínimo de exactidão. Pois trata-se de uma abordagem das fontes que pretende compreender a vida de uma sociedade, com toda a complexidade inerente às relações humanas, onde se

<sup>1</sup> Investigadora Auxiliar do CEHA, com trabalho realizado no âmbito da história da instituição municipal do arquipélago da Madeira, nos séculos XVIII a XX.

cruzam «as mentalidades, as representações culturais, os sistemas de valores próprios de um tempo ou de um espaço para reconstruir a vida social de uma comunidade, de uma população, de um país» (SOUSA, 2006: 24).

Esta componente globalizante torna assaz difícil uma catalogação ou tipificação das obras realizadas no âmbito da historiografia madeirense, conforme foi ressaltado por Filipe dos Santos, a propósito de uma resenha bibliográfica dedicada à história económica e social do arquipélago da Madeira elaborada no recente panorama historiográfico (SANTOS, 2009: 263-315). Com efeito, as temáticas consideradas abordam uma variedade de assuntos, designadamente, população e demografia; emigração e imigração; grupos sociais e minorias étnicas e religiosas; instituições sociais; comportamentos e práticas sociais; apontamentos biográficos. Para além disso, Filipe dos Santos sublinha que «a produção de escritos nestes domínios – exceptuando os trabalhos elaborados com finalidade académica –, tem-se pautado por contributos isolados, em forma de subsídios ou apontamentos» (SANTOS, 2009: 269). Sendo a História Social e o estudo das estruturas e das conjunturas sociais uma área tão complexa, quer pelo tipo de fontes, quer pelas questões a colocar a essas mesmas fontes, não é de estranhar a existência de um panorama desta natureza. Assim sendo, cumpre-nos, nestas breves linhas, dar alguns exemplos de pistas de investigação, de questões e problemas a colocar às fontes existentes, algumas delas numerosas e com um razoável número de séries homogêneas:

– A História do Municipalismo no arquipélago da Madeira, do Antigo Regime ao século XX, não é só uma história dedicada ao estudo da administração e do exercício do poder. Sem dúvida que estas são as questões mais visíveis. Contudo, uma análise cuidada da documentação gerada pela instituição municipal permitirá apreender vivências do quotidiano, material e social, das suas populações. Aqui, são vários os levantamentos possíveis: o papel das mulheres no contexto municipal; a assistência aos desfavorecidos; a identificação das elites políticas e respectiva evolução.

– A dinâmica da sociedade insular é particularmente visível num importantíssimo núcleo documental: os registos do notariado. Urge um levantamento atento da informação contida nesta fonte, onde as questões a colocar são variadas e complexas e das quais destacamos: o sentimento perante a morte através da análise dos testamentos e, de igual modo, os níveis de riqueza dos testadores; os contratos de casamento para identificação de situações de endogamia; os contratos de compra e venda para verificação de situações de mobilidade social.

– O estudo da recomposição social desencadeada na sequência da Revolução Liberal é uma temática do maior

interesse. Neste ponto, chamamos a atenção para a análise cuidada da vasta documentação produzida pelas instituições, entretanto criadas, como o Governo Civil, a Junta Geral de Distrito e as Administrações dos Concelhos. O conjunto de relatórios produzido por estas instâncias revela-nos a evolução da sociedade madeirense, ao longo do século XIX, confrontada com as realidades impostas pela Monarquia Constitucional, das quais destacamos: o regime censitário e a noção de cidadania; o Código Civil e a instrução pública.

São algumas sugestões aqui deixadas com a certeza de que qualquer trabalho de investigação histórica exige erudição e tenacidade, devendo ter como finalidade absoluta a realização de estudos inteligentes e credíveis, úteis tanto à historiografia como à sociedade.

#### Referências Bibliográficas

- CURTO, Diogo Ramada, 2011, «Vitorino Magalhães Godinho: Condições do Ofício», in *Ler. Livros e Leitores*, n.º 103, p. 18.
- SANTOS, Filipe dos, 2009, «A história económica e social do arquipélago da Madeira no recente panorama historiográfico (1985-2008): Uma resenha bibliográfica», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 1, Funchal, pp. 263-315.
- SOUSA, Ivo Carneiro de, 2006, *História de Portugal Moderno. Economia e Sociedade*, Lisboa, Universidade Aberta.

# População e Demografia na Madeira

## — Séculos XIX e XX

*Isabel Tiago de Oliveira<sup>1</sup>*

No início do século XIX, a população da Madeira aproximava-se dos 88 mil habitantes. Desde essa época, a região cresceu de forma continuada até 1950 aproximando-se dos 270 mil residentes. A partir desta data assiste-se a uma relativa estabilidade do número de residentes, embora com algumas oscilações.

a taxa anual de crescimento, o ritmo de crescimento foi mais acentuado em algumas épocas: é o caso do período que medeia os censos de 1864 e de 1878, das décadas entre 1890 e 1911, e do período entre 1920 e 1940.

Desde finais do século XIX que é possível perceber o peso da componente natural e migratória no crescimento populacional. Assim, podemos perceber que o aumento verificado até 1950 resulta de um saldo natural positivo (a diferença entre os nasci-

Tabela I – População e Crescimento na Madeira (1806-2011)

Data	Residentes	Período	Crescimento (n.º hab.)			Taxa anual de crescimento (p.mil)		
			Total	Natural	Migratório	Total	Natural	Migratório
1806	87.754							
1820	97.450	1806-20	9.696			7,9		
1864	111.687	1820-64	14.237			3,3		
1878	132.221	1864-78	20.534			13,1		
1890	134.085	1878-90	1.864			1,2		
1900	150.340	1890-00	16.255	23.182	-6.927	12,1	17,3	-5,2
1911	170.091	1900-11	19.751	29.371	-9.620	11,9	17,8	-5,8
1920	180.360	1911-20	10.269	21.957	-11.688	6,7	14,3	-7,6
1930	212.458	1920-30	32.098	35.429	-3.331	17,8	19,6	-1,8
1940	249.439	1930-40	36.981	42.575	-5.594	17,4	20,0	-2,6
1950	269.769	1940-50	20.330	40.054	-19.724	8,2	16,1	-7,9
1960	268.937	1950-60	-832	48.981	-49.813	-0,3	18,2	-18,5
1970	251.135	1960-70	-17.802	49.596	-67.398	-6,6	18,4	-25,1
1981	252.844	1970-81	1.709	28.712	-27.003	0,7	11,4	-10,8
1991	253.426	1981-91	582	15.325	-14.743	0,2	6,1	-5,8
2001	245.011	1991-01	-8.415	6.426	-14.841	-3,3	2,5	-5,9
2011	267.938	2001-11	22.927	2.157	20.770	9,4	0,9	8,5

Fonte: Serrão, 1973, Recenseamentos Populacionais e Estatísticas Demográficas.

Até meados do século XX verifica-se um crescimento ininterrupto da população insular. No entanto, como revela

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Métodos de pesquisa Social e investigadora do Centro de Investigações e Estudos de Sociologia (CIES) do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, onde tem desenvolvido investigação na área da demografia.

mentos e o óbitos) e que, pelo contrário, na dinâmica migratória sempre predominaram as saídas sobre as entradas. Pode também observar-se que os períodos intercensitários que apresentam maior ritmo de crescimento total são aqueles nas quais as saídas



*Procession Approaching Cathedral*, Mildred Cossart, Funchal, in KOEBEL, W. H., 1909, *Madeira: Old and New*, London, Francis Griffiths.

populacionais foram menos intensas.

Desde meados do século XX que a demografia madeirense deixou de ser marcada pelo crescimento populacional. Os períodos de estagnação nos quais o crescimento é muito próximo do zero (anos 50, 70 e anos 80) alternam com períodos de decréscimo populacional, como sucede nos anos 60 e, em menor grau, nos anos 90. A segunda metade do século XX é marcada, fundamentalmente, por perdas populacionais associadas aos movimentos de saída para o estrangeiro e também para o continente.

O crescimento migratório negativo é particularmente intenso entre 1950 e 1980. Na primeira destas décadas é compensado pelo forte crescimento natural. Pelo contrário, nos anos 60 as perdas por migrações são bem mais acentuadas que o crescimento natural e, por consequência, a população diminui de forma expressiva. Nos anos 70 o saldo entre as saídas e as entradas é claramente negativo, mas o desequilíbrio é menor que na década anterior.

Desde os anos 70 que se assiste a uma progressiva diminuição do crescimento natural associada à diminuição da fecundidade das mulheres madeirenses. Nos anos 90, a dinâmica natural deixa de ser suficiente para compensar

as perdas por migrações, resultando numa diminuição da população. Por último, já na primeira década deste milénio, assiste-se a um novo aumento populacional, mas agora associado fundamentalmente ao saldo positivo nos movimentos migratórios, o que acontece pela primeira vez.

#### Bibliografia e Fontes

- Serrão, Joel, 1973, *Fontes de Demografia Portuguesa 1800-1862*, Livros Horizonte, Lisboa, 1973.
- Oliveira, Isabel Tiago, «O Arquipélago da Madeira: Dinâmicas Demográficas de 1890 a 2011», in *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Sécs. XV a XX*, no prelo.

# A Mulher nas Mobilidades

## – O Caso do Hawaii



*Casa de uma família madeirense em Pipe Line, Ewa Plantation, Oahu, Hawaii, 1907.*

*Susana Caldeira<sup>1</sup>*

**N**a segunda metade do século XIX e ao longo do século XX, homens e mulheres cruzaram o mundo à procura de uma vida melhor. Ainda que já muito se tenha estudado e escrito sobre o tema das migrações, acreditamos que a presença e o papel da mulher nas mobilidades humanas tenham, desde sempre, sido negligenciados pelos investigadores e estudiosos.

É urgente questionar-se esta invisibilidade, reconhecendo e destacando a importância da presença feminina no processo das migrações. Se, na Madeira, a tradição migratória era predominantemente masculina, se os destinos migratórios pediam força de trabalho braçal, se é sabido que, na maioria das mobilidades de que temos conhecimento, as mulheres permaneciam na ilha – à espera dos familiares ou à espera de serem “chamadas” –, como é que se compreende que, no caso da emigração madeirense para o Hawaii, a mulher tenha tido um papel tão marcante?

<sup>1</sup> Coordenadora do Centro Cultural John Dos Passos, é Mestre em Cultura e Literatura Anglo-Americanas. As suas áreas de estudo principais são dentro da temática da emigração, com destaque para a emigração madeirense para o Hawaii.

Quais os motivos que provocaram uma das maiores migrações de mulheres madeirenses?

Ora, a História do Hawaii revela-nos que a descoberta do arquipélago, por parte dos ocidentais, em 1778, foi devastadora para a população havaiana. A alteração da dieta, a introdução do álcool, das armas e das doenças provocaram um decréscimo populacional que exigia medidas urgentes: levar sangue novo até às ilhas, numa tentativa de evitar a extinção da raça; importar trabalhadores para suprir a necessidade de mão-de-obra para as plantações que sustentavam a indústria açucareira – base da economia do arquipélago.

O problema permanente do Hawaii persistia: sem população, o reino havaiano não existiria; sem trabalhadores, as indústrias agrícolas não se desenvolveriam. Não bastava, porém, recrutar trabalhadores: o Hawaii precisava de famílias, precisava de mulheres – de modo a estabilizar o equilíbrio dos sexos e garantir o normal crescimento da população – e precisava de crianças, que, a seu tempo, seriam indivíduos

activos e cidadãos que haviam de pagar impostos.

A imigração contratada, no Hawaii, foi inaugurada, em 1865, com um grupo de chineses que, apesar de representarem mão-de-obra barata, não satisfaziam as necessidades do território. Os chineses, por não se fazerem acompanhar das famílias, ofereciam o perigo de uma orientalização excessiva da população local e eram muitas vezes desordeiros. A este propósito, o sociólogo Andrew Lind declara que «a presença da mulher é indispensável para assegurar a sobrevivência, continuação e estabilidade do grupo (...) a existência de qualquer grande grupo de homens adultos solteiros, sem a presença de uma população feminina correspondente, terá, muito provavelmente, consequências no nível moral da comunidade.»

Coagida pelas agitações sociais e pelos pareceres da legislatura havaiana, que reclamava a importação de famílias ou de mulheres, a Junta de Imigração, a partir do final de 1876, reuniu esforços para promover a imigração de outros países, dando especial relevo às ilhas portuguesas dos Açores e da Madeira. A escolha destes ilhéus como trabalhadores/colonos ficou a dever-se à excelente reputação alcançada pela pequena comunidade portuguesa residente no Hawaii, já antes do início da imigração organizada, e ao papel de William Hillebrand que garantia que os madeirenses eram trabalhadores, ordeiros, sóbrios, tinham famílias numerosas e não se recusariam à “chamada” devido ao período de crise económica que assolava a ilha da Madeira na segunda metade do século XIX.

As mulheres madeirenses fizeram parte da História do Hawaii desde o primeiro momento. Apesar dos limites estabelecidos pela Junta de Imigração havaiana, a percentagem de mulheres e crianças excedia, muitas vezes, o número de homens que seriam os trabalhadores activos das plantações. A própria Junta suportava grande parte dos custos de transporte das mulheres e crianças porque, gradualmente, os plantadores começaram a aceitar a importância das mulheres como um factor que, a longo prazo, lhes traria benefícios: elas podiam trabalhar nos campos por salários mais baixos; não só controlariam o comportamento dos trabalhadores indisciplinados, como também representariam o instrumento regulador da harmonia e da felicidade, transmitidas pelos laços familiares. Ora, um trabalhador mais feliz seria, então, sinónimo de um trabalhador mais produtivo e responsável, uma vez que tinha uma família para sus-



Mulheres madeirenses a cozer pão num forno de pedra, Hawaii

tentar. Além disso, estabelecendo-se com as famílias nos campos, criariam raízes e seria menos provável que os homens deixassem as plantações no final dos seus contratos, como faziam os indivíduos solteiros.

No Hawaii, as mulheres madeirenses também trabalhavam nas plantações, eram procuradas e bem pagas como criadas, lavavam, cozinhavam e costumavam para os homens solteiros. Mas a sua vida era predominantemente caseira: administravam a casa e ocupavam-se da educação dos filhos. Esta proximidade familiar enraizada mantinha o grupo coeso e servia de mecanismo conservador de costumes e comportamentos sociais: os papéis tradicionais eram mantidos. A presença da mulher também levou os portugueses a estabelecerem igrejas, predominantemente católicas, e a perpetuarem as festas religiosas, acompanhadas da gastronomia e do folclore da sua terra.

A mulher madeirense, protagonista da mudança num arquipélago que gritava a urgência do seu papel regulador, foi também o mais importante veículo cultural da identidade da sua ilha: até ao primeiro quartel do século XX, manteve quase intacta a língua, os costumes e tradições, deixando um legado cultural que fará, para sempre, parte da História do Hawaii.

#### Referências Bibliográficas

- LIND, Andrew W., 1980, *Hawaii's People*, Honolulu, University of Hawaii Press, 1980.
- CALDEIRA, Susana C. O., 2010, *Da Madeira para o Hawaii. A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*, Funchal, CEHA [CD-ROM].

# Estrondos, Estampidos, Motores: A Abertura da Madeira à Modernidade

Jorge Freitas Branco<sup>1</sup>

**E**ntendem-se por reveladores culturais os fenómenos materiais ou não pelos quais podemos abordar a fluidez das dinâmicas sociais. Pretendo isolar alguns cujo efeito pertence ao domínio dos últimos, uma vez que se produzem por via sensorial. Pretendo avaliar o impacto de ruídos devidos a ações técnicas na reconfiguração das relações sociais. O período da republicanização da Madeira (1882-1926), definido como de abertura assumida à modernidade, proporciona o pano de fundo para esta tentativa de demonstração.

Enumerem-se acontecimentos. Em 1880, funda-se no Funchal a Esquadra Submarina de Navegação Terrestre, que constitui a primeira iniciativa no género. Nas eleições de 1886, a Madeira elege um deputado republicano. No Rio de Janeiro, em 1892, é inventado o jogo do bicho, como forma de financiar o jardim zoológico privado da cidade. Logo, em 1895, este jogo é ilegalizado, o que o torna popular. Voltando ao Funchal, na sequência de dissidência, em 1903, funda-se a Esquadra Torpedeira de Navegação Terrestre. Dois anos mais tarde, aparece a Esquadra Independente de Navegação Terrestre. Com a entrada de Portugal na Grande Guerra (1916) desativam-se estas esquadras. Ainda nesse ano, a cidade é alvo de um primeiro bombardeamento feito do mar. No ano seguinte ergue-se um monumento às vítimas. Ainda em 1917, dá-se segundo bombardeamento. Em 1919, ocorre a explosão da locomotiva do comboio do Monte, causando vítimas mortais. Em 1920, fracassa um voo da Amadora à Madeira num avião que se perde nas nuvens e cai no mar. Mas em 1921, realiza-se com êxito a primeira travessia Lisboa Funchal, desta vez num hidroavião. Em novembro coloca-se uma escultura evocativa montada sobre um padrão, em Lisboa (doca do Bom Sucesso) e uma réplica no Funchal (atual avenida do Mar). Em 1923, inaugura-se o monumento ao Aviador, evocativo da aeronáutica. Em 1927, fica pronta a estátua de Nossa Senhora da Paz, colocada no Terreiro da Luta.

Situem-se os processos. A navegação a vapor compactou os oceanos, o combustível passa a razão primordial das escalas (apitos, silvos). Interioriza-se a velocidade. O



*Padrão alusivo à travessia aérea Lisboa Funchal, Doca do Bom Sucesso, Lisboa, 1921, Foto de J. F. Branco.*

No Funchal existe na avenida do Mar uma réplica. Trata-se de iniciativa do Club Militar Naval. Nesta última cidade existe estatuária relacionada com a temática abordada: Monumento às vítimas do bombardeamento (1917), cemitério das Angústias, atualmente de São Martinho, Monumento ao aviador (1923), parque de Santa Catarina, Monumento a Nossa Senhora da Paz (1927), no Terreiro da Luta, e Monumento aos combatentes da Grande Guerra (1935), na avenida do Mar.

telégrafo acentua a vertigem com que se difundem os acontecimentos. As novas contingências acompanham outras que se exercem pelos sentidos como produtores de relações entre os indivíduos. Alguns são inéditos, outros ganham outros significados. Bombardeamentos e explosão de caldeiras provocam estrondos, que não se confundem com trovoadas ou com os tiros de antiga artilharia. A morte por acidente devida a tais ações técnicas é uma novidade

<sup>1</sup> Professor de antropologia, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa / CRIA; áreas de interesse: materialidades, culturalização da técnica, europeização, culturas populares. Tem publicações sobre a Madeira.

de. A vítima fica diferente da do naufrágio tradicional. O corpo recebe outras marcas.

Há navegar e o seu simulacro. As fotografias da época mostram um Funchal com uma baía recheada de embarcações. Em algumas das quintas de gente abastada e influente, ensaiam-se jogos de guerra, na forma astuciosa de batalhas navais disputadas em terra firme. Vasos, mastros, bandeiras, sinais, canhões desmuniados, algumas centenas de homens fardados, hierarquias e obediências replicadas, confraternizações comprovativas de camaradagens estabelecidas. São associações masculinas, exercitando-se em comportamentos de hegemonias sentidas como estando ameaçadas. Este navegar em seco, à vela e sem vapor, é grito de desespero contra os ventos de mudança. A Grande Guerra é uma guerra a sério – a primeira guerra industrializada –, põe termo a tais parodizações duma elite insular.

Um devoto fica e outras emergem. Em agosto, o povo continua a acorrer ao Monte, venerando a respetiva nossa senhora. Mas com a guerra, os bombardeamentos por submarinos, as vítimas, a sociedade assustada canaliza o temor para uma nova devoção. Acima do Monte, é colocada uma imagem patrocinadora da paz. Mas também a técnica entusiasma pessoas, veste-se numa roupagem de masculinidade, porque acarreta risco, exige audácia, funde o indivíduo à máquina, que a sua eficaz manipulação impõe. A crença no progresso da sociedade graças à aplicação do conhecimento científico e técnico suscita uma devoção secular. Nestas décadas, a aeronáutica cria paixões, mobiliza a opinião pública. Uma primeira tentativa de ligação aérea de Lisboa à Madeira acaba num fracasso. No ano seguinte, outros repetem a tentativa, desta vez num hidroavião, e alcançam êxito incontestado, também porque se ensaia um sextante de horizonte artificial, que permitirá, em 1922, a concretização da primeira travessia do Atlântico Sul.

As devoções de cariz religioso constituíam instâncias reguladoras das incertezas com que as pessoas se viam então confrontadas. A modernidade trouxe outras, de cariz secular. Expressam-se pela incorporação sistemática do azar na vida social. O jogo do bicho parece assim ser uma importação de emigrantes retornados do Brasil, que traduz mudanças na sociedade, o surgimento de novas informalidades (ou o aprofundamento das existentes...) e sobretudo prova que a sociedade insular é aberta ao exterior.

A adesão à modernidade manifesta-se no fascínio pela técnica: velocidade, vertigem, protagonistas celebrados como heróis. A insularidade ganha outra percepção de tempo e espaço. A mobilidade social fica patente na ascensão de grupos sociais, novas fortunas, o mérito individual concorre com o apadrinhamento instituído. Acontecimentos como a Grande Guerra, fenómenos como o turismo (ca-

pital internacional), ou a especulação (bolsa, imobiliário), o jogo clandestino como sua réplica, geram novas atitudes na sociedade. A vida é um jogo e já não só predestinada. A técnica e as suas representações constituem-se em vanguardas de republicanização. A aviação com seus sucessos e fracassos é um desafio desencadeado aos céus. Bombardeamentos (guerra), naufrágios (esquadras terrestres, aviões) e palpites no jogo são reveladores culturais. Estrondos, estampidos, o ruído cadenciado de motores, velocidade, a notícia telegrafada e não trazida por mão ou boca, os significados do grito “Fogo!” e “Lá vai fogo!”, tudo se funde, exigindo do indivíduo adaptação sensorial às referências no espaço e no tempo. A republicanização com suporte ideológico do progresso terá seguimentos, mesmo que em discurso descontinuado. Os grandes aproveitamentos públicos posteriores até ao presente (irrigação, eletrificação, portos, aeroportos, a compactação do espaço originada pelo traçado vial, a mobilidade motorizada) podem ser lidos nesta perspetiva orientada por uma visão antropológica das perceções sensoriais.

### Bibliografia

- DA MATTA, R., E. SOÁREZ, 1999, *Águias, burros e borboletas. Um estudo antropológico do jogo do bicho*, Rio de Janeiro, Rocco.
- EKSTEINS, M., 1989, *Rites of Spring. The Great War and the Birth of Modern Age*, Nova Iorque, Mifflin.
- LE BRETON, D., 2006, *La Saveur du monde. Une anthropologie des sens*, Paris, Éditions Métailié.
- MARTINS, T. F., 2004, *O movimento republicano na Madeira, 1882-1913*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- PESTANA, C., [1958] 1968, *Coisas da Madeira. As Esquadras de Navegação Terrestre*, Funchal, Jornal da Madeira.
- RADKAU, J., 1998, *Das Zeitalter der Nervosität. Deutschland zwischen Bismarck und Hitler*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- SAINZ-TRUEVA, J. de, 1991, *As esquadras de navegação terrestre ou a memória que se diverte*, [Funchal] DRAC, Catálogo.

# Breves Notas sobre Relações Sociais em Torno da Água de Regadio num Espaço Rural Madeirense

Filipa Fernandes<sup>1</sup>

Celebrou-se no passado mês de Agosto o cinquentário da Revolta das Águas na Lombada da Ponta do Sol. Exemplificativo da relação existente entre uma comunidade de regantes e a água de rega, esse evento pautou-se por um levantamento popular, que se insurgiu contra o desvio da água de rega da Levada do Moinho por parte da Junta Geral do Distrito para a Levada Nova da Ponta do Sol. Este evento, localizado, reinterpreta-se no seio de relações sociais de conflito, relembrando atores e lugares marcados pela problemática associada à água do povo.

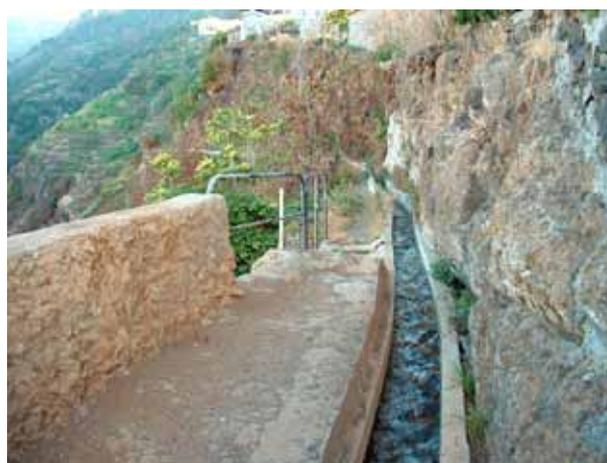
Estas relações sociais em torno da água de rega estão patentes nas comunidades locais madeirenses desde a construção das primeiras levadas no século XVI. Deixando antever hábitos e dinâmicas locais, caracterizam-se, por um lado, por relações de troca e de entreatajuda. Mas por outro, e porque a água pertence a todos sendo um bem comum, constituem por si só, um veículo que permite lutas entre os vários atores sociais da comunidade, equivalendo nalguns momentos a um processo de afronta coletiva.

Esta localidade insere-se num conjunto de lugares que posicionam a água no centro do quotidiano, e expõe localismos que se exibem na esfera global. Uma análise atenta às etnografias da água revela que estas questões têm sido objeto de tratamentos diversos, sendo os mais comuns, a interpretação do funcionamento dos sistemas de regadio tradicionais, com ênfase na conflitualidade social. A água, um recurso escasso e valioso, está na base de relações sociais que são ou poderão ser conflituosas e coesivas (ou cooperativas) (Batista Medina, 2001). Deste modo, não é de estranhar que em determinados momentos e, em consequência de fatores, a memória da água seja reativada. Mas também aqui surgem os paradoxos dos conflitos, ou seja, tanto a escassez da água como a sua abundância permitem o surgimento de discórdias entre atores sociais dependentes do mesmo recurso, a saber: entre regantes da mesma comissão, e entre regantes e o levadeiro do estado.

A abordagem holística da antropologia e a sua metodologia permite captar, por um lado, perspetivas culturais sobre a água, estimulando o conhecimento das relações das comunidades locais com esse recurso. E, por outro,



*Pedra da discórdia*, Sítio da Vargem, Lombada da Ponta do Sol, 2004, fotografia de Filipa Fernandes



*Levada do Moinho*, Lombada da Ponta do Sol, 2004, fotografia de Filipa Fernandes

contribui para a análise das representações sociais da água, já que este recurso mantém ainda hoje um papel primordial em torno da organização das práticas e dinâmicas associadas ao regadio.

## Referências

- BATISTA MEDINA, J. A., 2001, *El agua es de la tierra. La gestión comunal de un sistema de riego del Nordeste de La Palma (Los Sauces)*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.
- FERNANDES, Filipa, 2009, *Levadas de Heréus na Ilha da Madeira. Partilha, conflito e memória da água na Lombada da Ponta do Sol*, Ponta do Sol, Câmara Municipal da Ponta do Sol.

<sup>1</sup> Doutoranda em Turismo na Universidade de Évora, bolsista da FCT. Assistente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Realizou pesquisas na Ilha da Madeira sobre os sistemas tradicionais de regadio, levadas, património, memória, representações turísticas e turismo. Autora de vários artigos científicos, e da obra *Levadas de Heréus na Ilha da Madeira. Partilha, conflito e memória da água na Lombada da Ponta do Sol*.

# História Religiosa da Madeira

## – o Estado da Questão

Cristina Trindade<sup>1</sup>

A ligação da História com a Igreja é quase tão antiga como o surgimento da própria Igreja. Com efeito, o papel da instituição eclesiástica, como guardiã da estabilidade possível no período de construção das diversas identidades europeias, garantiu a esta um lugar incontornável nas várias historiografias nacionais. A preeminência da figura papal como avalizadora das nações emergentes, ou o protagonismo das ordens religiosas como elementos de difusão de uma doutrina agregadora, são disto mesmo boas demonstrações.

Não se pode, por exemplo, conceber a génese de Portugal sem a referência à indispensável anuência de Roma, ou entender a expansão portuguesa omitindo a função evangelizadora que lhe esteve, sempre, associada.

Por isso, quando se aborda a descoberta e o povoamento da Madeira, a referência à presença da Igreja não poderia faltar, e não falta, surgindo logo nas primeiras obras onde se focam tais matérias. Ainda no século XVI, quer Jerónimo Dias Leite, no *Descobrimento da Ilha da Madeira e o Discurso da vida e feitos dos Capitães da dita Ilha*, quer Gaspar Frutuoso, nas *Saudades da Terra*, referiram a presença de clérigos, aludiram à “traça” dos primeiros templos e desenharam as biografias dos prelados titulares da mitra do Funchal.

Mais tarde, já no século XVIII, Henrique Henriques de Noronha, por solicitação da recém-criada Academia de História, dedicou, integralmente, as suas *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a composição da historia da diocese do Funchal* à descrição do processo de implantação e desenvolvimento de todas as estruturas regionais pertencentes à Igreja, e o mesmo fez um manuscrito, de autor desconhecido, intitulado *Memórias sobre a criação e aumento do Estado Eclesiástico na Ilha da Madeira*. No século XIX, Álvaro Rodrigues de Azevedo, nas *Anotações às Saudades da Terra*, não deixou de tecer considerações importantes sobre o assunto, e embora utilizasse um tom bastante menos encomiástico que os anteriores, esse fator apenas aumenta o interesse do contributo, uma vez que fornece uma perspetiva diferente de abordagem.

Em pleno século XX, nas décadas de 30 e 40, Fernando Augusto da Silva retomou o discurso em tom laudató-



Retrato de D. Diogo Pinheiro, 1.º Bispo do Funchal, patente na Sala do Cabido da Sé do Funchal. Fotografia de Rui Camacho, DRAC.

rio, quando fez publicar a *Simopse Chronologica* e os *Subsídios para a História da diocese do Funchal*, ou quando se responsabilizou, no *Elucidário Madeirense*, feito em colaboração com Carlos Azevedo de Meneses, pelas entradas referentes a temas religiosos. Mais ou menos ao mesmo tempo, Eduardo C. N. Pereira escrevia as *Ilhas de Zarco*, obra ambiciosa que pretendia tratar o arquipélago em perspetivas tão diferentes quanto a agricultura, a pesca, a fauna ou a rede viária, pelo que a abordagem que nela se faz da temática religiosa teve de ser, necessariamente, sintética.

Os anos 80 e 90 do século passado assistiram a um novo surto de publicações que, apesar de não versarem, de forma particular, a história religiosa da Madeira, contêm informação a seu respeito, enquadrada nos períodos tratados nas diversas obras. A este lapso de tempo pertencem, por exemplo, os

<sup>1</sup> Docente na Escola Básica de 2.º e 3.º Ciclos Dr. Eduardo Brazão de Castro. Investigadora no domínio da história religiosa da Madeira.

trabalhos de Rui Carita, nos diversos volumes da História da Madeira, ou os de Nelson Veríssimo e José Manuel Azevedo e Silva, que, nas suas teses de doutoramento, não deixam de abordar o que ocorreu na esfera religiosa do arquipélago até aos finais de seiscentos.

Outros autores, porém, escolheram mesmo dedicar o seu esforço ao aprofundamento de aspetos relacionados com a Igreja madeirense, publicando sobre o tema livros e artigos. Estão neste caso Juvenal Pita Ferreira, que estudou a Sé do Funchal, Otilia Fontoura, que trabalhou as Clarissas, Nídia Estreia, que analisou as confrarias da Sé, Eduarda Sousa, que abraçou o convento da Encarnação, Fernanda Olival, que dissecou as visitas da Inquisição, José Pereira da Costa, Isabel e Paulo Drummond Braga, que dissertaram sobre bispos, Alberto Vieira, que publicou uma síntese sobre a diocese, Fernando Jasmins Pereira, que se interessou por assuntos económicos, António Brásio, que se debruçou sobre o Padroado da Ordem de Cristo ou Abel A. Silva, que investigou o Seminário, para dar, apenas, alguns exemplos.

Mais recentemente, eu própria tenho procurado dar um contributo para o esclarecimento de áreas ainda pouco exploradas na historiografia religiosa insular, publicando estudos sobre devassas e sobre o tribunal eclesiástico do Funchal, este último em parceria com Dulce Manuela Teixeira, estando, para breve, agendado o lançamento de uma monografia episcopal.

Apesar do muito que, como se viu, já foi feito, o assunto está longe de estar esgotado. Permanecem pouco exploradas, ainda, temáticas relacionadas com as confrarias, as visitas, os provimentos, a constituição do universo clerical, a carreira eclesiástica, o cabido, as colegiadas, a vida conventual, as paróquias, as vidas e atuações dos bispos, a religiosidade popular ou a ligação entre o poder eclesiástico e as outras autoridades regionais, para dar, somente, algumas pistas possíveis.

Assim, não poderia deixar de lançar, daqui, um desafio a todos aqueles que entenderem que do trabalho árduo que representa a investigação, e do risco que implica qualquer publicação, pode, mesmo assim, resultar a satisfação do contributo para um maior conhecimento daquilo que faz de nós o que hoje somos.

O convite fica feito.

## Bibliografia

- AZEVEDO, Álvaro Rodrigues de, 2008, *Anotações às Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Frutuoso. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*. Manuscrito do século XVI anotado, (fac-símile), Funchal, ed. Funchal 500 Anos.
- BRAGA, Isabel M. R. Drummond, 1993, «A acção de D. Luís de Figueiredo de Lemos, Bispo do Funchal (1585-1608)», in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, ed. SRTC, CEHA, pp. 563-573.
- BRAGA, Paulo Drummond, 1993, «A actividade diocesana de D. Martinho de Portugal na Arquidiocese funchalense», in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, ed. SRTC, CEHA, 1993, pp. 557-562.
- BRÁSIO, António, 1960-1961, «O Padroado da Ordem de Cristo na Madeira», in *Revista do Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XII, Funchal, pp.191-228.
- FRUTUOSO, Gaspar, 2008, *As Saudades da Terra. História das ilhas do Porto santo, Madeira, Desertas e Selvagens*. Manuscrito do século XVI, anotado por Álvaro Rodrigues de Azevedo, (fac-símile), Funchal, ed. Funchal 500 anos.
- LEITE, Jerónimo Dias, 1947, *O descobrimento da Ilha da Madeira e os Discurso da vida e feitos dos Capitães da dita Ilha*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (pub., introd. e notas de João Franco Machado).
- NORONHA, Henrique Henriques de, 1722, *Memorias seculares e ecclesiasticas para a composição da Historia da Diocesi do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, 1722.
- CARITA, Rui, 1986, «A Igreja da Madeira na Expansão Portuguesa», in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, ed. SRTCE, DRAC, pp. 325-339.
- CARITA, Rui, 1987, *O Colégio dos Jesuítas no Funchal*, 2 vols., Funchal, ed. SRE.
- CARITA, Rui, 1989, *História da Madeira, Povoamento e Produção Açucareira (1420-1566)*, vol. I, Funchal, ed. SRE.
- CARITA, Rui, 1991, *História da Madeira, A crise da 2ª metade do século XV (1566-1600)*, vol. II, Funchal, ed. SRE.
- CARITA, Rui, 1992, *História da Madeira, A Dinastias Habsburgo e Bragança, 1600-1700*, vol. III, Funchal, ed. SREJE.
- CARITA, Rui, 1996, *História da Madeira, O Século XVIII – Arquitectura de Poderes*, vol. IV, Funchal, ed. SRE.
- CARITA, Rui, 1999, *História da Madeira, O século XVIII: Economia e Sociedade*, vol. V, Funchal, ed. SRE.
- COSTA, José Pereira da, 1987, «Dominicanos Bispos do Funchal e de Angra (na esteira de Frei Luís de Sousa)», in *Actas do II Encontro de História Dominicana*, (Separata) Porto, pp. 1-19.
- ESTREIA, Nídia Maria Carreiro Baptista Moura, 2002, *As Confrarias do Cabido da Sé do Funchal*, Funchal, ed.

- SRTC, CEHA.
- FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, 1963, *A Sé do Funchal*, Funchal, ed. Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- FONTOURA, Maria Otília, 2000, *As Clarissas na Madeira – uma presença de 500 anos*, Funchal ed. SRTC, CEHA.
- GOMES, Maria Eduarda Sousa – *O Convento da Encarnação do Funchal, subsídios para a sua história – 1660-1777*, Funchal, ed. SRTC, CEHA, 1995.
- OLIVAL, Fernanda, 1986, «A Inquisição e a Madeira: a visita de 1618», in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. II, Funchal, ed. SRTCE, DRAC, pp. 764-810.
- OLIVAL, Fernanda, 1993, «A visita da Inquisição à Madeira em 1591-1592», in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, ed. SRTC, CEHA, pp. 493-519.
- PEREIRA, Eduardo C. N., 1967, *Ilhas de Zarco*, 3.<sup>a</sup> edição, Funchal, ed. da Câmara municipal do Funchal (1.<sup>a</sup> edição, 1939).
- PEREIRA, Fernando Jasmins, 1983, «Bens Eclesiásticos da Diocese do Funchal», in ANDRADE, António Alberto Banha (dir.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Lisboa, ed. Resistência, pp. 527-549.
- SILVA, Abel A. Da, 1964/1965, «Seminário do Funchal: algumas notas para a sua História», in *Revista das Artes e da História da Madeira*, vol. VI, n.º 34 e n.º 35, Funchal, pp. 1-12, 12-21.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1945, *Diocese do Funchal, Sinopse cronológica*, Tipografia Esperança, Funchal.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, Funchal.
- SILVA, Fernando Augusto e MENESES, Carlos Azevedo, 1984, *Elucidário Madeirense*, Fac-Símile da Edição de 1946, Funchal, ed. SRTC.
- SILVA, José Manuel Azevedo, 1995, *A Madeira e a construção do mundo atlântico (séculos XV- XVII)*, Funchal, ed. SRTC, CEHA, 2 vols.
- TRINDADE, Ana Cristina, 1999, *A Moral e o pecado público no arquipélago da Madeira, na segunda metade do século XVIII*, Funchal, ed. SRTC, CEHA.
- TRINDADE, Ana Cristina e TEIXEIRA, Dulce Manuela Maia R., 2003, *O auditório eclesiástico da diocese do Funchal – regimento e espólio documental do século XVII*, Funchal, ed. ISAL.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, ed. SRTC.
- VIEIRA, Alberto, 1993, «As Constituições Sinodais das Dioceses de Angra, Funchal e Las Palmas nos séculos XV a XVII», Separata das *Actas do Congresso Internacional de História, Missionação e Culturas*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, pp. 455-481.
- VIEIRA, Alberto, 2000, «Funchal, diocese do», in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, pp. 281-288.
- VIEIRA, Alberto, 2005, «A Igreja e a cultura», in MATOS, Artur Teodoro de (coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. III – tomo I, Lisboa, ed. Estampa, pp. 175-199.

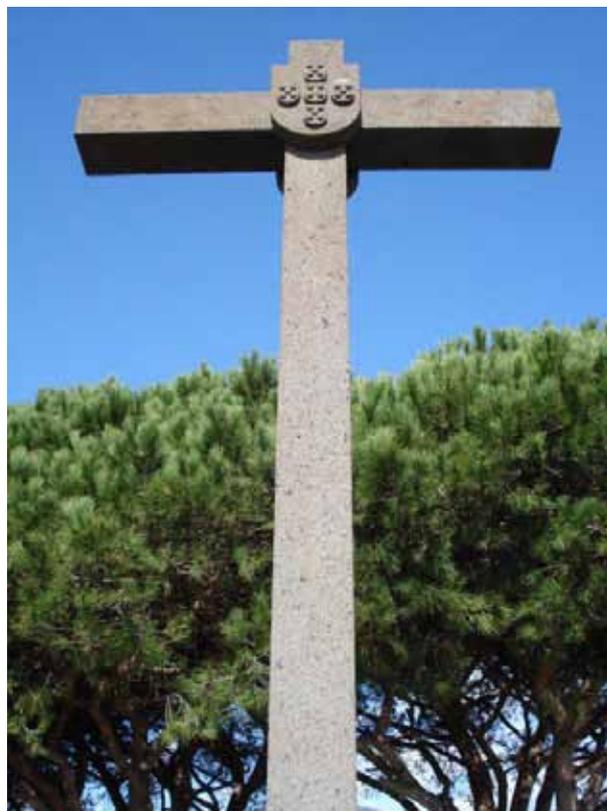
# A Igreja Católica na Madeira do Liberalismo ao Estado Novo

Gabriel de Jesus Pita<sup>1</sup>

O percurso da Igreja Católica na Madeira, ao longo destes 150 anos (1820-1974), segue de perto a situação vivida a nível nacional.

Triunfante a revolução liberal, a maioria do clero, sob a liderança do seu bispo, apostou no regresso da monarquia absoluta, vendo em D. Miguel o anjo exterminador e nos liberais a reencarnação de Belzebú. A aliança “por cima”, entre o Estado liberal, consolidado em 1834, e a Igreja acabou por se traduzir num abraço com correntes de ferro. O Estado suprimiu as Congregações Religiosas e ficou com os seus bens, mas em contrapartida proporcionou ao clero secular um lugar no banquete do orçamento do Estado e aos bispos também um assento vitalício na Câmara dos Pares. A hierarquia eclesiástica aceitou a domesticação da Igreja, mas a degradação económica e espiritual do clero era bastante evidente e as Congregações Religiosas faziam falta, no campo do ensino e da assistência social, como logo se deu conta Almeida Garret, nas *Viagens na Minha Terra* (1846). O episódio do fugaz proselitismo protestante do médico escocês Robert Kalley, entre 1838 e 1846, revela também a fome do espiritual da população madeirense. Nos finais do século XIX, antes mesmo do famoso decreto de Hintze Ribeiro, em 1901, que permitiu o regresso das Congregações Religiosas, desde que se dedicassem ao ensino ou à assistência social, formaram-se, no Funchal, diversas associações católicas caritativas, face à insuficiência, para não dizer indiferença, do Estado liberal, e algumas Congregações vieram aqui instalar-se. A título de exemplo, cite-se, para o primeiro caso, Damas da Caridade (1876, no Hospício D. Maria Amélia), Associação Protectora dos Pobres (1889), Lactário / Assistência a Crianças Fracas (1908, entregue à Congregação da Apresentação de Maria em 1925); para o segundo caso, são de referir, pela sua relevância, as Vitorianas, Congregação fundada na Madeira em 1884, e as Franciscanas Missionárias de Maria, em Portugal desde 1895, que vieram instalar-se no Convento de S.<sup>ta</sup> Clara no ano seguinte. Está por fazer e seria da maior relevância para a compreensão da sociedade madeirense do século XIX, um estudo da acção destas associações caritativas e Congregações Religiosas.

O advento da República, com o seu anticlericalismo ra-



*Cruzeiro do Pico dos Barcelos, inaugurado a 24 de Novembro de 1940.*

dical inicial e o regime de separação das Igrejas do Estado, acabou, paradoxalmente ou talvez não – é um caso a estudar – por revitalizar a Igreja Católica na Madeira, melhor dizendo no Funchal, formando uma elite de militantes católicos, com destaque para Juvenal Henriques de Araújo, Antonino Pestana e Manuel Pestana Reis. Novas associações caritativas e de ensino surgiram, como a Associação Protectora da Mocidade, com a Escola de Artes e Ofícios, fundada em 1921 pelo padre Laurindo Pestana, e entregue, em 1925, aos Padres Salesianos, e a Liga de Acção Social Cristã (1922); novas Congregações Religiosas se instalaram: Irmãos de S. João de Deus (1922), Apresentação de Maria (1925), Irmãs Hospitalares do Sagrado Coração (1925); para formação e militância católicas surgiram os Círculos Católicos (salientou-se o de Santa Maria Maior, fundado em 1913), a Juventude Católica, que promoveu diversas conferências, com personalidades de reputação na-

<sup>1</sup> Mestre em História Contemporânea, pela Universidade de Lisboa, professor aposentado do ensino secundário e investigador de temas da sua especialidade.

cional, como o padre Cerejeira, futuro Cardeal Patriarca de Lisboa (1924), e Salazar (1925), e a Biblioteca Utile Dulci (1915); nasce aqui verdadeiramente a imprensa católica, com destaque para a revista *Esperança* (1919-1938) e o jornal *Correio da Madeira* (1922-1932). A tentativa falhada de ressuscitar o combate anticlerical inicial, materializada nos jornais *A Luz* (1919-1922), *O Vigilante* (1918-1920) e *A Razão* (1920-1921), não conseguiu impedir a instalação de Congregações Religiosas, que a legislação do Governo Provisório havia suprimido, e o caminhar para um bom entendimento entre as autoridades civis e religiosas. A hierarquia católica, que inicialmente resistiu, de algum modo, às leis anticlericais republicanas e incitou em alguns casos à insubordinação da população, e alguns padres pagaram mesmo essa rebeldia com a interdição de residência na área em que desempenhavam funções e até mesmo com a prisão, acabou, no entanto, por dar luz verde, tal como no território continental, à formação dum partido político, o Centro Católico, com o intuito de contribuir para a “cristianização das leis”, aliás de acordo com as instruções da Santa Sé de acatar o novo regime e colaborar com as instituições políticas vigentes. O círculo eleitoral do Funchal conseguiu mesmo eleger um deputado por este partido, em 1922. Significativamente, nas eleições de 1925, este deputado, o Dr. Juvenal Henriques de Araújo, vai concorrer integrado na Conjugação Republicana, uma coligação de partidos republicanos.

O advento da Ditadura Militar, em 1926, e a sua legalização constitucional, em 1933, com o nome de Estado Novo, proporcionaram à Igreja madeirense, tal como a nível nacional, uma descompressão, a recuperação do prestígio social e uma maior liberdade, embora vigiada e controlada pelo poder político. A revista *Esperança* ainda se atreveu, em 1926, a criticar de leve a Ditadura e viu um seu número sair com cortes da Censura, mas a partir daí entregou-se de alma e coração ao regime. Em 1936, o pároco do Faial, padre César Teixeira da Fonte, pagou com a prisão e posterior expulsão da Madeira o facto de se colocar ao lado do seu povo na oposição às condições impostas pelo Governo nacional relativamente à produção e comercialização do leite. Nesta nova aliança “por cima” entre o poder civil e o poder religioso, não terá sido o Estado quem mais ficou a ganhar? É uma questão pertinente. O regime de separação da Igreja do Estado continuou e os bens eclesiásticos confiscados na República não foram na maior parte devolvidos.

As elites católicas madeirenses, formadas na República, passaram-se sem constrangimentos para o Estado Novo, inclusivamente desempenhando a função de deputados. No final da década de 1950 e durante a década de 1960, o padre Agostinho Gonçalves Gomes tomou assento na Assembleia Nacional, em representação do círculo do Funchal. Nos períodos eleitorais, o poder político sempre



Dr. Juvenal Henriques de Araújo, década de 1920, Museu Vicentes

pôde contar com o apoio do clero madeirense, para garantir aquele unanimismo, aquela união sagrada, defendida por ambas as partes, entre a Igreja e a Pátria – leia-se salazarismo –, tão efusivamente expressa na construção de cruzeiros, em 1940, e na recepção triunfal ao Cardeal Cerejeira, em Julho de 1947, aquando da sua passagem pela Madeira, a caminho de Lourenço Marques, para a sagração da respectiva catedral.

Também na Madeira, a revitalização da Igreja fez-se por dois processos. O primeiro foi o tradicional, o da piedade, com a formação de inúmeras confrarias, muitas das quais com o decurso do tempo se foram extinguindo por morte natural, e o culto generalizado a Nossa Senhora de Fátima, que teve o seu apogeu em 1948, com a visita da respectiva imagem peregrina. O segundo foi o da inovação, da militância activa e mais consciente, com a formação de núcleos da Acção Católica, fonte de esclarecimento religioso e político, e os Cursos de Cristandade a partir da década de 1960, antes da implementação das reformas do Concílio Ecuménico que, aliás, chegaram aqui tardiamente.

# A História da Ciência na Madeira

Nélio Pão<sup>1</sup>

Desde muito cedo que o desenvolvimento do conhecimento científico na Madeira, mais concretamente a divulgação da sua riqueza natural, teve o contributo de naturalistas estrangeiros (Thomas Wollaston no século XIX e Joseph Banks um século antes, por exemplo), madeirenses (como é o caso maior de Carlos Azevedo de Menezes) e outros investigadores portugueses (entre os quais o Barão de Castelo de Paiva).

Para podermos ter a percepção dos trabalhos existentes e das várias temáticas ainda por desbravar, no que diz respeito à História da Ciência, julgamos que será necessário, numa primeira instância, dar uma noção do que é para nós a História da Ciência. Muitos investigadores têm tentado definir este conceito, discutindo a existência de uma História da Ciência ou de Histórias das Ciências<sup>2</sup>. Não sendo nosso objectivo dissecar as várias visões existentes, balizámos o nosso conceito não só no estudo dos naturalistas e dos seus trabalhos de investigação, mas também nas condições e circunstâncias e ainda nos intervenientes que possam ter contribuído para a construção e para a divulgação do conhecimento científico. Tendo em conta esta definição, podemos dizer que a História da Ciência no arquipélago da Madeira encontra-se ainda muito pouco estudada. Não obstante, julgamos terem sido realizados escritos relevantes e que podem servir como ponto de partida para estudos mais incisivos. Alguns desses trabalhos dizem respeito à identificação dos naturalistas que fizeram do Arquipélago da Madeira um dos seus objectos de estudo, como é o caso dos escritos de Alfred Hansen, Ana Henriqueta Conceição, Nélio Pão e Alberto Vieira<sup>3</sup>.

Consideramos ser essencial, para o desenvolvimento do conhecimento da História da Ciência na Madeira, a realização de novas abordagens com base em outro tipo de fontes. Uma das fontes é a epistolografia trocada entre naturalistas. Esta fonte está praticamente inexplorada, e desde o século XVII terá desempenhado um papel fulcral



*Grotto formed by the arching of lava on the sea shore at the Pontinha of Funchal, Charles Lyall, Pontinha, Funchal, 1855, Humboldt Project: Open Digital Research Library.*

na troca e discussão de informações, e também na divulgação das investigações e descobertas científicas. Um dos naturalistas que, não tendo estado no Arquipélago da Madeira, teve, nesta forma de comunicação, a base para a troca de conhecimento e para o debate relativamente a este espaço insular foi Charles Darwin. As referências existentes na obra *On the Origin of Species*, relativas à riqueza natural madeirense, advêm, sobretudo, da troca de correspondência com outros naturalistas que estiveram na Madeira. São alguns exemplos as cartas trocadas com Richard Thomas Lowe e Thomas Vernon Wollaston, onde discutem a flora e fauna do arquipélago. Outro tipo de fonte, que consideramos ser necessário estudar, são os diários pessoais executados por alguns naturalistas. O estudo, transcrição e publicação destes escritos – epístolas e diários – mostram-se de capital importância para o conhecimento dos processos complexos que envolviam o estudo do meio natural madeirense. Assim, seria relevante conhecer o contributo de instituições e personalidades locais, no acesso à informação, no apoio logístico, na organização e no acompanhamento das jornadas de investigação, como por exemplo: cônsules; naturalistas e colectores madeirenses; órgãos e membros do poder e da igreja locais; entre outros. Por fim, as colecções relativas à história natural da Madeira, existentes em organismos museológicos e de investigação espalhados pelo mundo, juntamente com a epistolografia e os diários pessoais, serão essenciais para podermos compreender de que forma evoluiu o conhecimento científico do arquipélago e para entender as várias redes de permuta de informação implicadas neste processo.

<sup>1</sup> Técnico Superior – Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes – *Centro de Estudos de História do Atlântico*. Licenciado em Biologia pela Universidade da Madeira, tem estudado a História da Ciência no Arquipélago da Madeira e publicado alguns trabalhos concernentes a esta temática.

<sup>2</sup> MARTINS, L. Al-Chueyr, 2005, «História da Ciência: Objectos, Métodos e Problemas», in *Ciência & Educação*, v. 11, n. 2, p. 305.

<sup>3</sup> Referimo-nos às seguintes obras: HANSEN, A., 1980, «A List of Botanical Collectors, Madeira Archipelago», in *Bocagiana*, n.º 51, pp. 1-12; PÃO, N., 2005, «A Madeira na Rota da Ciência e das Investigações Científicas. Listagem de personalidades que Estudaram a História Natural da Madeira (1601-1978)», in *As Ilhas e a Ciência. História da Ciência e das Técnicas. I Seminário Internacional*, CEHA, Funchal, pp. 37-108; CONCEIÇÃO, A., 2007, *Naturalistas, Colectores e Exploradores Botânicos na Madeira, no Séc. XIX. Apontamentos Biográficos*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Terra e da Vida – Universidade da Madeira, Funchal; VIEIRA, A., 1998, *Do Éden à Arca de Noé: O Madeirense e o Quadro Natural*, CEHA, Funchal.

# História e Literatura na Madeira

## [entre a Fruição e a Fonte]

Graça Alves<sup>1</sup>

Nas minhas mãos, um livro. Objeto de prazer e de sonhos [im]possíveis, lugar de estudo e de aventuras, permite-me procurar a emoção, descobrir paisagens que identifico ou não, conhecer personagens que me emocionam ou não, deixar-me envolver com histórias que me fascinam ou não. E não discuto aqui o poder mágico da palavra e da sua capacidade de atribuir sentido ao mundo. Não discuto a riqueza da metáfora, nem a verdade do simbólico, nem as possibilidades que a ficção propõe como alternativa à rudeza das vidas.

Fico-me por aqui. Porque, às vezes, nas nossas mãos, um livro é outra coisa. É um documento que é preciso analisar, questionar, perceber os limites que separam o real da sua representação. E onde acaba a vida para começar a narração? Será o narrador uma espécie de historiador?

Onde mora a verdade? Será a História um discurso dos factos, esvaziados de intenções? E a Literatura? Poderá ser ela uma fonte para a História?

Segundo White (2001), a diferença entre a ficção como representação do imaginável e a História como representação do verdadeiro deve dar lugar ao *reconhecimento de que só podemos conhecer o real, comparando-o ao imaginável*. Por um lado, a literatura é um produto histórico, datado e contextualizado, pelo que pode [e deve] ser fonte para o historiador. O discurso cria e recria a realidade, atribui-lhe sentidos novos, dá conta do social a partir da linguagem, do jogo das palavras, dos ditos e dos não ditos, da interpretação do sentido das coisas e do mundo que permitem outras leituras, que preenchem muitos vazios que os arquivos não guardam. A Literatura permite investigar sensibilidades, porque encerra sonhos e utopias, medos e angústias, regras e infrações e, nesse sentido, contribui para o apuramento de uma verdade que qualquer Ciência preconiza.

Um olhar pela literatura – neste caso concreto, a que tem sido produzida na Madeira – permite entrar no santuário da sensibilidade ilhoa, ver o que os registos não têm, ler os factos [eles próprios, às vezes, objetos de ficção] à luz de um conhecimento mais completo do mundo, porque povoado de imagens e de emoções. A Literatura traz pistas para novas procuras. Porque depende do meio. Porque age



Irene Lucília Andrade, Caniçal, in ALVES, KAUPPILA, 2010, Irene Lucília Andrade, fotografia de Natalie Afonseca.

sobre o meio.

Serão os romances de Horácio Bento de Gouveia ou de Carlos Martins retratos da ilha no século XX? Estará a alma dos pescadores de Câmara de Lobos escondida nos *Filhos do Mar* de Lídio Araújo? Poderemos encontrar o pulsar da saudade na *Biografia* de José Agostinho Baptista ou em *Água de Mel e Manacá*, de Irene Lucília Andrade? Estará a ilheidade (d)escrita nos textos dos autores que escreveram [e continuam a escrever] sobre isto de se ter o mar a fazer a bainha da terra inteira?

História e Literatura podem cruzar-se, portanto. A Literatura dialoga com a História. Podem trabalhar juntas. Também na Madeira, em que os socos são muito mais do que rocha e terra, em que o mar é muito mais do que água, em que o vulcão é muito mais do que lava.

A Universidade e o CEHA já começaram a abrir caminhos. É preciso, porém, continuar o trabalho.

Entre a fruição e a fonte, um livro.

### Referências Bibliográficas

- BAPTISTA, José Agostinho, 2000, *Biografia*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- ARAÚJO, Lídio, 2002, *Filhos do Mar*, Câmara Municipal de Câmara de Lobos.
- ALVES, Graça e KAUPPILA, Ana (coord.), 2010, *Irene Lucília Andrade*, Funchal, CEHA.
- WHITE, Hayden, 2001, *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*, Editora da Universidade de São Paulo.

<sup>1</sup> Professora do ensino secundário, atualmente destacada no Centro de Estudos de História do Atlântico. Tem desenvolvido alguns projetos na área da Literatura, enquanto autora e tem colaborado, também nesta área, nos projetos do CEHA.

# Nacionalismos/Regionalismos Literários em Sistemas Literários Nacionais/Regionais.

Revisitação de uma Problemática em Tempos de Crise e de Globalização



CABRAL, João, 1925, «Nacionalismo Literário» in *Diário de Notícias*, n.º 15 288 (16 Mai.), p. 1.

Ana Salgueiro Rodrigues<sup>1</sup>

Num tempo agónico como foi o da década de 1920, João Cabral (do Nascimento) comentava, no *Diário de Notícias* de então, o crédito de que gozavam, em Portugal, quer o «nacionalismo, como corrente literária», quer a «sua irmã mais nova, – o regionalismo» (CABRAL, 1925: 1). Em dias como os de hoje, marcados pelo colapso da grande narrativa da Europa multicultural *das nações e das regiões*, será oportuno visitar este artigo de J. Cabral para nos interrogarmos com ele: os tempos actuais estarão cheios de nacionalismos ou regionalismos?! Não se trata de enveredarmos aqui pelo dramatismo que estas questões quase sempre suscitam, nem tão-pouco de procurarmos es-

tigmatizar todos os tipos de discursos que reflectam sobre o que é uma nação/região ou sobre o que são as literaturas nacionais/regionais. Bem pelo contrário, consideramos urgente reflectir sobre estes tópicos, porque o confronto do presente com o passado nos faz antecipar que, apesar dos processos de globalização hoje em curso e de uma notória fragilização do poder dos estados-nação actuais, a breve trecho, a questão fundamental a colocar na Europa não será tanto a de saber *se* o nacionalismo, na nossa contemporaneidade, poderá conviver com estes dois fenómenos político-culturais: na verdade ele já aí está. A questão será a de procurar perceber *quais as modalidades* e consequências que esses discursos sobre as nações e regiões irão assumir nos vários sistemas políticos e culturais.

J. Cabral desafia-nos a pensar esta problemática, sob a perspectiva da relação entre literatura/arte e

<sup>1</sup> Doutoranda em Estudos de Cultura na Univ. Católica Portuguesa (UCP) e mestre em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela FLUL. É investigadora júnior no CECC (UCP) e tem-se ocupado do estudo dos sistemas literários e culturais da Macaronésia lusófona, com trabalhos apresentados em encontros académicos ou publicados na imprensa especializada e em colectâneas de estudos.

*imaginação da nação/região* (Anderson, 2008). No seu texto, ele destaca as implicações detectáveis entre nacionalismo e regionalismo políticos e manifestações artísticas e literárias. As suas notas críticas sublinham acertadamente que: (1) a emergência do nacionalismo e do regionalismo literários dos séculos XIX e XX não está desvinculada do projecto político que fora concebido por/para a Modernidade ocidental, com o Romantismo; (2) uma literatura nacional ou regional «não pode ser uma atitude de cenáculo, voluntariamente querida», tal como não se pode reduzir a «uma simples escolha de motivos, na ingénuo suposição» de que apenas será nacional ou regional uma «peça literária cujas personagens e paisagens tivessem nomes portugueses» ou regionais; e (3) a literatura, embora contribuindo para a definição do «espírito da grei» (i.e., a identidade cultural de uma comunidade), não pode, contudo, ser produzida e lida enquanto fenómeno isolado de outras congéneres e menos ainda deve ser legitimada como *literatura da nação* ou *da região*, sem ser sujeita ao escrutínio de uma crítica devidamente informada (CABRAL, 1925: 1).

J. Cabral distanciava-se, assim, de uma tradição nacionalista, que a partir da década de 1910, assumiria relevância nos sistemas culturais das Ilhas Atlânticas, sendo aí modalizada por agentes culturais que a souberam recriar, actualizando-a de acordo com as necessidades reivindicativas experienciadas nas ilhas. Será neste quadro que os sistemas literários açoriano e cabo-verdiano se irão autonomizar relativamente ao português. Porém, embora dominante em grande parte do séc. XX, essa tradição é hoje altamente questionada por diversos autores, seja pelo facto de ter naturalizado o conceito de identidade, ignorando que esta é sempre uma construção histórica e político-cultural, seja por ter confinado o conceito de literatura nacional e regional àquilo que o cânone ditava como tal. Pouco se conhece da participação de agentes culturais madeirenses neste aceso debate que ao longo do séc. XX contribuiu para a problematização das identidades nacionais e regionais, mas também para a (re)definição do que eram as suas respectivas literaturas. Contudo, o texto de J. Cabral, assim como a notícia da *Antologia de poetas da ilha da Madeira*, que ele próprio organizara e cuja publicação, em 1918, se previa para breve (CABRAL, 1918), mostram como, na Madeira, houve também lugar para esse duplo debate. E se a visibilidade atribuída a estas problemáticas pela história literária dos Açores e Cabo Verde foi fundamental para a afirmação destes dois sistemas literários, dever-nos-emos interrogar sobre o silêncio académico acerca deste assunto no que toca à Madeira e sobre as suas implicações no sistema cultural da região.

O interesse das considerações de J. Cabral reside, sobretudo, na sua actualidade. A sua obra permite-nos inferir que, para ele, a literatura constituía uma *poética da cultura* (GREENBLATT, 1987), ao dizer os valores em circulação

num determinado sistema cultural, questionando-os ou legitimando-os, e contribuindo, assim, para a sua manutenção ou recriação. De igual modo, permite-nos concluir que, para este autor, uma literatura nacional ou regional não se confundia com nacionalismo ou regionalismo literários. Entendendo as primeiras como sistemas polifónicos e dinâmicos, constituídos por um repertório de textos e autores que lêem, escrevem e reescrevem (esses e outros textos), mas também por uma comunidade de leitores e instituições que, definindo os seus cânones, validam e/ou questionam os valores aí em circulação, para J. Cabral sempre foi claro que o nacionalismo ou regionalismo literários apenas seriam uma parcela constituinte do sistema literário.

Diríamos mesmo que, em 1925, J. Cabral antecipava uma das actuais teses de Osvaldo Silvestre: um sistema literário não se confunde com o seu cânone. Este último, construído pelas instituições canonizadoras (sobretudo a escola), «antes de ser uma determinação «nacional» [...] [ou regional] é uma questão de política institucional», nunca alheia aos interesses de diversos sectores da comunidade (económicos, ideológicos, culturais), que, assim, contribuem para a definição do que é a literatura desse grupo, mas também para a delimitação daquilo que esses sectores querem que seja o espaço cultural e identitário da sua nação ou região (SILVESTRE, 2006: 298). Convirá porém não esquecer, ainda com Osvaldo Silvestre e João Cabral, que, se os limites do cânone definem os limites do nosso mundo, isso não pode querer dizer que o cânone nos irá obrigatoriamente subtrair do mundo (SILVESTRE, 2006: 298). A escolha do caminho a seguir caberá aos artistas, à crítica, mas também às políticas de ensino promovidas na e pela comunidade.

### Bibliografia

- ANDERSON, Benedict, 2008, *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa, Ed. 70.
- CABRAL, João, 1918, «Literatura Madeirense», in *Diário da Madeira*, n.º 2228 (18 Ago.), Funchal, Diário da Madeira, p. 1.
- , 1925, «Nacionalismo Literário», in *Diário de Notícias*, n.º 15 288 (16 Mai.), Funchal, Diário de Notícias, p. 1.
- GREENBLATT, Stephen, 1987, «Towards a poetics of culture», in *Southern Review*, vol. 20, n.º 1 (Mar.), s.l., s.n., pp. 3-15.
- SILVESTRE, Osvaldo Manuel Alves Pereira, 2006, *Revisão e nação. Os limites territoriais do cânone literário. Dissertação de doutoramento em letras*, Coimbra (policopiado).

# Literatura de Viagens sobre a Madeira

## – *Inquietudes Insulares*



*Costume of Madeira*, S. Bowdich, Funchal, in BOWDICH, T. Edward, 1825, *Excursions in Madeira and Porto Santo, during the autumn of 1823, while on his third voyage to Africa*, London, G.B. Whittaker.

Cláudia Faria<sup>1</sup>

**E**m *Cartografias Literárias*, Annabela Rita fala-nos da literatura como parte de uma *never ending conversation*, enquanto que Amin Malfouf nos fala de *manuscritos*, com os quais moldamos o itinerário da nossa vida.

Parti daqui para uma reflexão sobre a literatura de viagens sobre a ilha da Madeira. O primeiro passo será definir este género literário. Este assunto tem ocupado, de forma mais vincada, os anglo-saxónicos, onde este corpus se encontra, de facto, mais desenvolvido.

Note-se que para se entender o conceito de literatura

<sup>1</sup> Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, Mestre em Cultura e Literatura Anglo-Americanas, membro do CETAPS (Lisboa) e tem desenvolvido estudos no âmbito das relações anglo-madeirenses, literatura de viagens e escrita diarística. Neste momento encontra-se destacada no CEHA.

de viagens, temos, pois, de definir o que entendemos por viagem, pois que sem ela, não há registo. Peter Hulme sustenta que ambas andam de mãos dadas desde sempre, acrescentando mesmo que as narrativas dos viajantes são muito antigas, já que até mesmo os textos bíblicos são recheados de exemplos de viagens.

A viagem é intrínseca à condição humana... nascer é também uma viagem, de dentro para fora ... uma deslocação e uma evolução (tal como outra qualquer viagem) e é também uma aprendizagem (tal como outra qualquer viagem) e é também uma estranheza, um encontro com o desconhecido, com um outro (como outra qualquer viagem).

– *Não podes viajar pelo caminho antes de te torna-*

res o próprio caminho, disse-nos Buda.

– *Ficar em casa é o caminho celestial*, escreveu Thoreau.

– *Toda a viagem é circular (...) afinal o grande circuito é apenas o modo de o homem inspirado se dirigir a casa*, acrescentou Paul Theroux.

Carl Thompson defende que cada viagem é um confronto, uma negociação entre alteridade e identidade e entre diferença e similitude. E o produto deste encontro é o que se entende por literatura de viagens, cujo corpus textual – cartas, notas soltas, diários, diários de bordo, ensaios, tratados científicos, políticos e económicos, relatórios, parábolas, etc., etc. – e temática – história, geografia, antropologia, zoologia, botânica, sociologia, política, economia... – que, por serem variados e complexos, têm sido consequentemente ponto de discórdia. Talvez seja interessante lembrar que à medida que o tempo passa e a sociedade evolui e, em particular, o motivo da viagem e a viagem em si mesma, também a tipologia textual vai sofrendo oscilações/evoluções que lhe correspondem intimamente. Desta feita, se, nos séculos passados, os registos de viagem seguiam um padrão/agenda que se coadunava exatamente com a geografia temporal, espacial e emocional daquele período, o mesmo não se passará na atualidade? Não serão as narrativas de viagem, cartografias identitárias? – *Apresentar-se é contar-se*, lembra Annabela Rita.

No âmbito desta discussão que tem ocupado essencialmente o meio académico, a questão relativa à viagem real e ficcional tem sido amplamente debatida. Paul Fussler há muito que vem insistindo na importância de se distinguir um *proper travel book*, lembrando veementemente de que *just as tourism is not travel, the guidebook is not the travel book*. No seu entender, um livro de viagem retrata uma viagem, ou os acontecimentos de uma viagem, mas uma viagem *that really took place* – ou seja, um testemunho. Fica, assim, de fora, no seu entender, toda a ficção. Estará Michel Certeau enganado quando sustenta que *every story is a travel story*?

No que diz respeito à literatura de viagens sobre a ilha da Madeira, estamos perante um corpus textual heterogéneo. Foram muitos os viajantes, de diferentes nacionalidades, que passaram pela ilha, deixando registadas as suas impressões. É notória a supremacia das narrativas de Além-Mancha, uma vez que a comunidade britânica foi a mais preponderante. De um modo geral, é possível identificar uma *writing agenda* comum a estes textos, cujos autores se situam algures entre um repórter e um contador de histórias, apesar de serem navegadores, exploradores, peregrinos, missionários, mercadores, cientistas, padres, médicos, embaixadores, cônsules, entre outras profissões. Em termos temporais, é visível uma predominância de textos

relativos ao final do século XVIII e ao século XIX, em virtude da evolução no transporte marítimo e dos progressos sociais e políticos que facilitaram a mobilidade, com maior segurança e conforto. É também evidente que os textos escritos por homens são superiores, numa escala numérica, em relação às narrativas escritas por mulheres.

Mais importante do que centrar a discussão no que tem sido feito até agora (e de facto, estas narrativas têm sido trabalhadas), o importante é aferir o que ainda pode ser feito. E o caminho é ainda longo, e os desafios enormes. Os livros de viagem sobre a Madeira são um campo aberto para os estudos multidisciplinares e para a nesologia, em particular. Urge deitar mãos à obra e dar a conhecer ainda mais a vasta obra que se tem debruçado sobre a Madeira e os madeirenses – são outros olhares, sim. Mas tal como à medida que os exploradores se aproximam da terra descoberta, esta se foi definindo (clarificando pormenores em relação à paisagem, às gentes, aos usos e costumes etc) – abrindo-se ao afeto –, também o convívio com estes escritos possibilitará perspectivas diversificadas e enriquecedoras, quiçá elucidativas sobre quem fomos e quem somos – *outrando-se-nos*.

Para finalizar esta pequena reflexão, gostaríamos de referir que, nas antologias dedicadas à literatura de viagens, quer estrangeiras quer nacionais, muito pouco se fala sobre a Ilha da Madeira e, até mesmo, quando incluem capítulos dedicados à Europa, raras são as referências à passagem de viajantes sobre esta casa do Atlântico – incógnita no mar, incógnita na escrita. É este pois o nosso grande desafio – tornar a ilha da Madeira um ponto de escala no périplo diálogante e incerto do conhecimento.

#### Bibliografia Citada

- CERTEAU, Michel, 1984, *The Practice of everyday life*, University of California Press, Berkeley.
- HULME, Peter, 2002, *The Cambridge Companion to Travel Writing*, Cambridge University Press.
- RITA, 2010, Annabela, *Cartografias Literárias*, Esfera do Caos, Lisboa.
- THEROUX, Paul, 2012, *A Arte da Viagem*, Quetzal, Lisboa.
- THOMPSON, Carl, 2012, *Travel writing, The New Critical Idiom*. Routledge.

# Os Arquivos de Imagem na Madeira

Ana Paula Almeida<sup>1</sup>

A invenção da fotografia e, posteriormente, do cinema levou a que a História se independentizasse dos textos escritos e ampliasse o seu universo de fontes, desenvolvendo assim abordagens consideradas por alguns como menos convencionais. A fotografia e o cinema, assumindo um carácter documental, criaram condições para que ao Historiador fosse dada a oportunidade de escolher, entre um acervo bem mais vasto, documentação sobre a realidade que procurava estudar. Se antes a sua pesquisa incidia, quase exclusivamente, em relatos escritos, agora à imagem era conferida relevância significativa.

Estas fontes foram consideradas por alguns enquanto instantâneos da realidade, a realidade em si; seriam, segundo Kossoy (KOSSOY, 1993, in CRIVELLO, 2010: 4), testemunhos de verdade, ganhando um estatuto de credibilidade dada a fidelidade dos factos. Contudo, e conforme Panofsky (PANOFSKY, 1991, in MAUAD, 1996: 15), o estudo das imagens impõe o estudo da historicidade das mesmas. No artigo «Le Pendure» (1976), «(...) Alain Bergala aborda as fotografias históricas [e/ou historiográficas], denunciando aquilo que chamou de «a parte encenada das imagens que marcaram a história.» (MAUAD, 1996: 4).

É hoje inegável a importância da imagem na construção do conhecimento histórico. E a Madeira reúne óptimas condições, uma vez que tem um repositório de imagem extremamente raro e completo. O Museu Vicentes, o maior arquivo de imagem da Região, tem cerca de 800 mil negativos, provenientes da colecção Vicente, bem como de outros fotógrafos profissionais e amadores.

O mesmo Museu tem uma das maiores colecções de filmes, no invulgar formato *Joli-Normandin*<sup>2</sup>. A colecção é «especialmente importante não só por terem sido os primeiros filmes a terem sido exibidos na Madeira mas também por terem uma relevância internacional porque são bastante raros»<sup>3</sup>, afirmou Tiago Baptista, aquando da sua



Francisco Bento de Gouveia (1873-1956). Um dos pioneiros do cinema madeirense, Acervo Particular, in SOARES, Maria de Fátima Gouveia, *Francisco Bento de Gouveia 1873-1956 – Vida e Obra*, Funchal, Espaço XXI, 2000.

deslocação à Madeira em 2006. E acrescentou que «só se conhecem três colecções em todo o mundo, de formato Joli-Normandin, incluindo esta do Museu Vicentes»<sup>4</sup>. As outras colecções encontram-se na Filmoteca Espanhola de Madrid e na Cinemateca Suíça.

A imagem não fala por si, é necessário fazer-lhe perguntas. Não estará na altura de colocarmos mais questões às *nossas* imagens, espalhadas pelos diferentes arquivos da Região? A análise destas não permitirá um alargamento do conhecimento inter-

1 Licenciada em História e Ciências Sociais pela Universidade do Minho (1989/1994). Mestre em Arte e Património pela Universidade da Madeira (2006/2008) com apresentação da dissertação *Lugares e Pessoas do Cinema na Madeira – Apontamento para a História do Cinema na Madeira de 1897 a 1930*. Professora do Quadro de Escola da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos da Torre, Câmara de Lobos.

2 Estas películas singulares, de origem francesa, são datadas de 1896 e 1897.

3 Tiago Baptista, Investigador de História do Cinema Português ligado a projectos de restauro da Cinemateca Portuguesa do Departamento do Arquivo Nacional de Imagens em Movimento, citado em *Jornal da Madeira – Revista Olhar*, n.º 165, 17/06/2006, [em linha].

4 Tiago Baptista citado em *Jornal da Madeira – Revista Olhar*, n.º 165, 17/06/2006, [em linha].

disciplinar e o aprofundamento do saber histórico? Será a sensibilidade das fontes, assim como a dificuldade de armazenamento e de catalogação, um problema que impeça de forma incontornável o contacto e o estudo das mesmas? Conscientes dos cuidados a ter no manuseio de documentos materialmente tão sensíveis, consideramos que, mesmo assim, haverá formas de ultrapassar essas limitações. As novas tecnologias poderão, neste aspecto, ser um valioso contributo. E para além do retorno financeiro que (para as instituições madeirenses) poderá advir desse (muito) trabalho que há a fazer, no sentido de facultar o acesso aos acervos imagéticos da Madeira, em nossa opinião, torna-se urgente estudar estas raras, abundantes e preciosas imagens promovendo o conhecimento da História da Madeira, de Portugal e, quiçá, da Europa.

### Webgrafia

As Coleções do Museu. Museu Vicentes, [em linha], [consultado a 5 de Outubro de 2012]. Disponível em <<http://www.photographiamuseuvicentes.com.pt/colecoes.asp>>.

CRIVELLO, Natália Azevedo 2010, *Apontamentos Metodológicos Sobre a Utilização de Fotografias na Pesquisa Histórica*, XIV Encontro Regional da UNPUH – Rio – Memória e Património, Rio de Janeiro, [em linha], [consultado a 6 de Outubro de 2012]. Disponível em <[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1277121241\\_ARQUIVO\\_Apontamentosmetodologicossobreutilizacaoodefotografiasnapesquisahistorica.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1277121241_ARQUIVO_Apontamentosmetodologicossobreutilizacaoodefotografiasnapesquisahistorica.pdf)>.

*Jornal da Madeira* – Revista *Olhar*, n.º 165, 17/06/2006, [em linha], [consultado em 21 de Janeiro de 2007]. Disponível em <[http://www.cinemia-mac.com/index\\_port.asp](http://www.cinemia-mac.com/index_port.asp)>.

MAUAD, Ana Maria, 1996, *Através da Imagem: Fotografia e História. Interfaces*, [em linha], [consultado a 5 de Outubro de 2012]. Disponível em <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf)>.

# História da Arquitetura na Madeira



Central Hidroelétrica da Ribeira da Janela, de Raúl Chorão Ramalho, 2010, fotografia de Emanuel Gaspar

*Emanuel Gaspar<sup>1</sup>*

**D**os estudos profícuos que ultimamente se tem feito sobre a arquitetura e urbanismo na Madeira, que só bem recentemente têm merecido a atenção, restam algumas lacunas por esclarecer, problematizar e analisar.

A arquitetura moderna e o urbanismo no Funchal e na ilha ainda está pouco estudada, talvez pela demasiada aproximação ao tempo histórico, devendo-se, no entanto, destacar a tese de mestrado do arquiteto José Gil Gama, apresentada o ano passado na Universidade de Coimbra, com a orientação do arquiteto Gonçalo Byrne, abordando o tema *Arquitetura e Turismo na Madeira*<sup>2</sup>, onde o jovem arquiteto aborda, entre outras pesquisas, os Planos para a Avenida do Mar da autoria do “pai” do urbanismo português Faria da Costa, do Plano de Urbanização do Funchal de Rafael Botelho ou a colaboração do pioneiro arquiteto paisagista Francisco Caldeira Cabral, estabelecendo uma relação e um fio condutor entre eles e entre estes e a sua contextualização histórica. Sublinhe-se a coincidência, ou não, de trabalharem para o Funchal, nos anos 40, 50, 60 e 70, grandes nomes da arquitetura nacional desenvolvendo interessantes projetos para o Funchal e mesmo para outras localidades da ilha, orgulhando-se a Madeira de possuir

tais projetos, mas que devem ser melhor estudados, conhecidos e divulgados para que, assim, melhor se os defenda e valorize, devendo mesmo alguns serem alvo de proteção e classificação patrimonial, não devendo esta classificação ser apenas restrita a edifícios dos séculos mais recuados.

E porque não fazer um roteiro histórico pelo Funchal que aborde estes edifícios? Pois, por ignorância, muitos deles estão votados ao abandono ou em risco de sofrerem desastrosas adulterações apenas por desconhecimento da sua importância patrimonial.

Outro tempo e gramática arquitectónica que urge estudar é a arquitetura maneirista na Madeira e o Estilo Chão, como lhe chamava George Kubler, e perceber as razões do seu prolongamento na Madeira, que levou à quase inexistência de uma arquitetura barroca flamejante, como aconteceu no resto do país, principalmente no norte de Portugal e mesmo nos Açores. Na Madeira, apesar de algum avultado lucro proveniente da exploração vinícola, a linguagem barroca na arquitetura foi tímida, exceptuando-se alguns edifícios como o antigo Palácio do Conde Carvalhal, hoje Câmara Municipal do Funchal, o Palácio dos Cônsules, hoje parte afecta ao Tribunal de Família e Menores, a igreja do Socorro e a capela do Espírito Santo, na Lombada da Ponta do Sol, mas mesmo estes com uma expressão muito contida. Em pleno século XIX ainda se construíam na Madeira portais maneiristas!

<sup>1</sup> Professor efetivo do ensino básico e secundário. Licenciado em História da Arte, pela Universidade do Porto e com um Mestrado em Arte e Património, pela Universidade da Madeira. Tem-se dedicado ao estudo do património imóvel da Madeira, recentemente mais focado na arquitetura do Movimento Moderno. Tem trabalhos publicados na área do Património Cultural.

<sup>2</sup> GAMA, José Gil Correia, 2011, *Arquitetura e Turismo na Cidade do Funchal no Século XX*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura – Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

# Arquitectura Moderna na Madeira, o Século XX – Conhecer e Divulgar



Antiga Clínica Médico-Cirúrgica da Caixa de Previdência do Funchal, hoje Centro de Saúde do Bom Jesus, de Raúl Chorão Ramalho, 2010, fotografia de Emanuel Gaspar

*José Manuel Fernandes<sup>1</sup>*

O arquipélago da Madeira apresenta obras arquitectónicas e respectivos autores com significativa importância e qualidade, ao longo do século XX. Trabalhos como o plano de Ventura Terra para o Funchal, dos anos 1910-20, apontando caminhos estruturantes de desenvolvimento da urbe (estudado por Rui Carita e outros); projectos como os correspondentes ao conjunto de edificações construídas nestas ilhas por Raul Lino, de que constitui exemplo o desenho da praça do Município, com a remodelação da Câmara e o chafariz fronteiro (apresentados em colóquio pela secção local da Ordem dos Arquitectos em 2003); ou mesmo verdadeiras opus grandiosas, como as dezenas de obras concebidas e realizadas por Chorão Ramalho – para não referir autores de obra mais pontual ou dispersa, ou em trabalhos mais recentes, como os por Eduardo Anahory/Pedro Cid (Porto Santo) e Januário Godinho (Funchal), nos anos 1960, por Marcelo Costa, Rui Goes Ferreira e Manuel Vicente (Funchal, anos 1960-70), por Viana de Lima/Óscar Niemeyer (o “complexo do Casino”, dos anos 1970), por Marques Miguel, João Caires

<sup>1</sup> Arquitecto, Professor de História da Arquitectura e do Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Investiga sobretudo na área de História da Arquitectura e do Urbanismo nas épocas Moderna e Contemporânea, dentro da geografia da Cultura Lusófona.

(anos 1980) ou Gonçalo Byrne, João Favila, Luís Vilhena e Paulo David (anos 1990) – que são deste tema o sinal e a imagem.

Importante será agora, em relação a este tema tão amplo e significativo, numa perspectiva de conhecimento organizado e informação estruturada e acessível, estruturar de modo mais rigoroso e científico todo um levantamento/inquérito, nos quadros urbano e rural/territorial, nas duas ilhas do arquipélago, que permita historiar e, por via disso, valorar as mais interessantes obras de autores portugueses, continentais e ilhéus, realizadas na Madeira.

Tal trabalho deverá ser realizado quer por iniciativa particular, quer com os apoios das entidades imediatamente envolvidas (Ordem dos Arquitectos, Governo Regional, Universidade da Madeira, etc.) bem como pelo interesse e subsídio de empresas e outras instituições (construtoras, fundações, etc.).

Uma iniciativa necessária e urgente, como esta, deverá igualmente congregiar os técnicos e investigadores mais aptos, por forma a detectar os aspectos mais originais, interessantes e fecundos desta gesta de um século – desde arquitectos a historiadores, de engenheiros a fotógrafos, etc.

Finalmente, deverão ser previstos à partida um conjunto de iniciativas associadas, relacionadas, que permitam potenciar os temas e valores a difundir – como colóquios internacionais (dentro do sistema do DOCOMOMO internacional), exposições dos objectos arquitectónicos e urbanos mais consistentes, filmes e programas audio-visuais dedicados a uma escolha dos aspectos mais relevantes analisados.

É igualmente possível desencadear sistemas de premiações para os estudos mais valiosos, e ainda, como consequência natural do trabalho desenvolvido, elaborar conjuntos de processos de classificação oficial de inúmeras obras edificadas, bem como as possíveis e consequentes áreas de protecção, e além disso, fundamentar eventuais projectos de reabilitação e/ou recuperação das obras mais interessantes, úteis e valiosas.

# A Aplicação do Jogo Didático com Conteúdos Arqueológicos na Aula de História

Isabel Gouveia<sup>1</sup>

**D**e acordo com José Mattoso<sup>2</sup>, o estudo da História Regional e Local «deve partir de um estudo da relação entre o homem e o espaço habitado que o rodeia». Neste concreto, debruçemo-nos um pouco sobre a História do Arquipélago da Madeira. A identidade madeirense é fruto de uma vivência de quase 600 anos de história num território cheio de especificidades. O saber mais acerca da história da nossa região e das nossas localidades pode afigurar-se como um elemento fundamental para a configuração da nossa identidade regional. Somos parte de um todo nacional, cuja história aprendemos ao longo dos outros ciclos, daí que abordar as perspectivas da história regional seja fundamental para a promoção da memória coletiva e até mesmo da cidadania, uma vez que fazemos parte de uma sociedade globalizante. Mas, afinal de contas, que conhecem os nossos alunos sobre a história da Madeira? Nos conteúdos programáticos do 2.º Ciclo, a história nacional é abordada de forma global, desde a época precedente à formação do nosso território até aos dias de hoje. E onde fica a História da Madeira? Salvo a referência ao “Descobrimento” (ou no termo atual “Achamento”), à divisão administrativa e à exploração económica do arquipélago, pouco mais se estuda desta matéria. De que forma poderão os docentes de História transmitir aos alunos a história regional, de forma mais cativante?

Neste campo, considero premente fazer uma referência à Arqueologia (e ao Quotidiano), uma vez que o conhecimento que as fontes materiais nos facultam permite-nos conhecer o que muitas vezes não vem expresso na documentação escrita. Refiro-me às intervenções arqueológicas realizadas no arquipélago, desde a década de oitenta do século passado, com particular destaque para os trabalhos levados a efeito no Funchal, na antiga casa de João Esmeraldo, na casa Colombo no Porto Santo e em vários espaços da baixa de Machico. Como resultado destes trabalhos, foram constituídos espaços museológicos que constituem importantes mananciais de informação da nossa memória insular.

Em termos didáticos, o recurso a ferramentas virtuais tendo por base conteúdos arqueológicos pode constituir



Cenário de uma Cozinha atual.



Cenário de uma Cozinha da Época dos Descobrimentos.



Foto do objeto referenciado.

1 Presidente da ARCHAIS, Mestre em Museologia, Docente do 2.º Ciclo/grupo 200 destacada no Núcleo Museológico de Machico – Solar do Ribeirinho; temáticas de Estudo: Património Cultural/Arqueologia e Museologia.

2 Mattoso, José, 1988. *A escrita da história. Teoria e métodos*, Lisboa, Estampa, p. 169.

um instrumento didático-pedagógico fundamental para a leção da História Regional e Local.

A título de exemplo, gostaria de mencionar o CD editado pela ARCHAIS intitulado *O Quotidiano na Época dos Descobrimentos*<sup>3</sup>. Trata-se de um jogo didático que tem como suporte o estudo de objetos arqueológicos exumados em escavações da cidade de Machico, cidade onde, a partir da década de noventa do século passado, tiveram lugar uma série de trabalhos arqueológicos que trouxeram à luz do dia inúmeros vestígios que documentam o quotidiano daquela cidade, desde os primórdios do povoamento até ao século XX.

A ideia subjacente a este projeto foi a «de dar a conhecer a cultura material dos Descobrimentos Portugueses, aprender a funcionalidade e a utilidade dos objetos arqueológicos no quotidiano social económico e cultural e principalmente sensibilizar para o valor do Património Cultural, em particular o Património Arqueológico»<sup>4</sup>. Para a realização deste jogo, produzido por jovens, devidamente orientados por especialistas, foi necessário definir várias etapas, a saber: escavação, identificação das peças constituintes de uma cozinha da época dos Descobrimentos e fotografia das mesmas, curso de desenho arqueológico e de cerâmica da Época Moderna.

Para a criação da cozinha virtual, foram criados dois cenários (uma cozinha atual [vide Figura 1] e uma cozinha da época dos Descobrimentos [vide Figura 2]), onde colocamos três personagens, uma avó e dois netos, que estabelecem um diálogo acerca da forma de cozinhar de outros tempos. No decorrer da conversa, os objetos referenciados são assinalados por setas, onde carregando surge o desenho, a foto e a referência à utilidade da peça [vide Figura 3].

Este CD foi lançado no ano de 2006 e foi remetido um exemplar para as escolas de 2.º Ciclo da RAM... esperamos que esta ferramenta seja um contributo para um maior conhecimento da História Regional, uma vez que possibilita aos jovens entender melhor e valorizar a nossa memória coletiva, através do recurso à Arqueologia, o que, e com conhecimento de causa, é bastante atrativo para os discentes.

Figuras retiradas do CD *O Quotidiano na Época dos Descobrimentos*, Ricardo Caldeira, Machico, 2006, ARCHAIS.

<sup>3</sup> Este CD foi realizado no âmbito do programa europeu “Juventude ativa para o século XXI – Revalorizando a Cultura” – Interreg III B – Raízes 2004/2006.

<sup>4</sup> Gouveia, Isabel, 2006, «O Quotidiano na Época dos Descobrimentos», in *ILHARQ*, n.º 6, pp. 102-103.